



Reitor

Pe. Josafá Carlos de Siqueira, S.J.

Vice-Reitor

Pe. Francisco Ivern Simó, S.J.

Vice-Reitor para Assuntos Acadêmicos

Prof. José Ricardo Bergmann

Vice-Reitor para Assuntos Administrativos

Prof. Luiz Carlos Scavarda do Carmo

Vice-Reitor para Assuntos Comunitários

Prof. Augusto Luiz Duarte Lopes Sampaio

Vice-Reitor para Assuntos de Desenvolvimento

Prof. Sergio Bruni

Decanos

Prof. Paulo Fernando Carneiro de Andrade (CTCH)

Prof. Luiz Roberto A. Cunha (CCS)

Prof. Luiz Alencar Reis da Silva Mello (CTC)

Prof. Hilton Augusto Koch (CCBM)

R. B. J. WALKER

INSIDE / OUTSIDE:

Relações Internacionais
como teoria política

Tradução Luis Carlos Moreira da Silva

Revisão técnica Thiago Rodrigues



aplicati RELAÇÕES
INTERNACIONAIS

CAPÍTULO 1

As Relações Internacionais como teoria política

O exterior e o interior formam uma dialética de esgarçamento, e a geometria evidente dessa dialética nos cega tão logo a introduzimos em âmbitos metafóricos. Ela tem a nitidez crucial da dialética do *sim* e do *não*, que tudo decide. Fazemos dela, sem o percebermos, uma base de imagens que comandam todos os pensamentos do positivo e do negativo. Os lógicos traçam círculos que se superpõem ou se excluem, e logo todas as suas regras se tornam claras. O filósofo, com o interior e o exterior, pensa o ser e o não ser. A metafísica mais profunda está assim enraizada numa geometria implícita, numa geometria que – queiramos ou não – espacializa o pensamento; se o metafísico não desenhasse, seria capaz de pensar? [...] Fazemos passar para o nível do absoluto a dialética do *aqui* e do *lá*. Atribuímos a esses pobres advérbios de lugar poderes de determinação ontológica mal controlada.¹

Gaston Bachelard, *A poética do espaço*

Se refletirmos bem, enquanto for do nosso interesse como torturadores permanecer na posição de vítimas, nossa ânsia será seguir adiante...

Samuel Beckett, *How It Is*

O momento histórico

As tentativas de aceitar e de aprender a viver com as complexidades, contradições e oportunidades da vida política contemporânea tomam parte em uma ampla concepção de acelerações, disjunções e incertezas. A rápida sucessão de eventos já atordoa o suficiente, até mesmo jornalistas, assessores de política e outros mediadores da atualidade. Além disso, a maior parte do significado de eventos temporários é fruto de interpretações abrangentes do século XX – e da Modernidade em geral – como uma era de transformações e inovações sem precedentes. “Tudo o que é sólido desmancha no ar”, observou Marx em sua paradigmática declaração sobre o crescen-

te dinamismo do mundo moderno.² De forma paradoxal, talvez, essa observação se tornou mais presciente do que nunca, apesar, ou talvez mesmo por causa das frágeis esperanças favoráveis a uma alternativa ao capitalismo, que transformou totalmente a vida humana no último meio milênio.

As lembranças mais incisivas de que vivemos uma era de velocidade e aceleração temporal são a da dissolução simultânea da geopolítica da Guerra Fria e a da rapidez com que um capitalismo organizado globalmente se entranhou pelas divisões territoriais da Europa. O ano de 1989 se consagrau como o símbolo de rupturas históricas sentidas em toda a parte. Rigidez estrutural e certezas ideológicas foram suplantadas por revoluções sociais e pela fluidez territorial. Posturas e atitudes ritualizadas atrofiaram, literaturas acadêmicas foram declaradas redundantes e as elites responsáveis por formular a política foram forçadas a se reorganizar. Até as cartografias mais atualizadas adquiriram a aura arcaica de mapas da metade do século de um mundo esculpido em impérios e colônias formais.

Certamente, ainda há a suspeita de que por trás das surpresas e contingências permanece uma continuidade fundamental do comportamento humano, alguma força oculta de eficiência utilitária ou necessidade trágica que logo deve reaparecer. O eterno retorno da política de poder ou a confirmação decisiva de teologias consagradas: estas fornecem uma interpretação mais apropriada das trajetórias contemporâneas do que as afirmações extravagantes sobre inovação e transformação. As notícias mais recentes sobre agressão geopolítica ou arrogância das grandes potências suscitam de imediato antigas memórias. Argumentos sobre a justificativa de privilegiadas filosofias da História – sobre o proclamação do fim-da-ideologia e a supremacia final do capitalismo e/ou Modernidade e/ou Liberalismo – tornaram-se o tema principal do debate político contemporâneo. As ortodoxias consagradas ainda mantêm a audácia – e o falso moralismo – de suas convicções.

No enfoque de eventos dramáticos, é certamente tentador exagerar a inovação da inovação. A dissolução da Guerra Fria e a reestruturação da Europa adquiriram uma importância enganosa quando interpretadas somente em relação às expectativas arraigadas de um mundo lapidado em Yalta e Bretton Woods. Uma antiga ordem pode ceder espaço para uma

nova, mas tendemos a ver a emergência de uma nova ordem, que de forma suspeita, assemelha-se à antiga. Os atores ou as polaridades podem mudar, mas as regras do jogo têm a probabilidade de continuarem as mesmas. Esta, afinal, é a lição que continua implícita em tantos apelos a uma tradição canônica do realismo político, reforçada por meio de proposições sobre os princípios centrais de uma balança de poder internacional.

Ainda assim, nem o drama do aparentemente familiar conflito geopolítico nem a celebração de vitórias ideológicas foi capaz de suprimir a sensação geral de que a busca por uma ordem estável e duradoura – por uma arquitetura resistente aos ataques e erosões da mudança temporal, de perigos inesperados e circunstâncias voláteis – é cada vez mais insubstancial. A demolição do Muro de Berlim pode ter sinalizado uma abertura no espaço territorial, mas também indicou uma conscientização de incongruências e velocidades temporais. Memórias antigas e ressentimentos polidos se emaranharam ao mesmo tempo com a expansão do crédito e a perspicácia de identificar grandes oportunidades. Os nacionalismos do século XIX se dissolveram enquanto a inércia geopolítica foi suplantada por uma economia global totalmente absorvente. Yalta pode ter instituído uma ordem firme no centro arquitetônico da política mundial por quase meio século, mas a velocidade da dissolução está mais consistente com as tendências aceleradoras retratadas por quase todas as proposições das modernas culturas, tecnologias e economias, como a característica mais distinta do próprio século. As dissoluções na Europa foram acompanhadas pela reafirmação do domínio da grande potência no Golfo Pérsico, mas, nem impondo uma ordem militar global, a maior das grandes potências conteve as volatilidades imprevisíveis de antagonismos regionais ou as aspirações de povos oprimidos.

Como um grande clichê sobre a Modernidade, o argumento de que vivemos em uma era de rápidas transformações tornou-se até mesmo uma forma de continuidade entre diversas correntes do pensamento político e social contemporâneo. Desde que a possibilidade de uma história progressiva foi elaborada durante o Iluminismo europeu, os pensadores modernos se empenharam para compreender a sucessão de eventos como um desdobramento de um processo mais ou menos cabível e até mesmo racional.

Para escritores do início da Modernidade, como Hobbes, a razão e a ordem – ambas cosmológicas e sociopolíticas – podiam ser contempladas com relação à descoberta de princípios permanentes, as garantias seculares de uma geometria que parecia oferecer, no mínimo, uma aposta tão boa quanto as garantias cada vez mais dúbias do Paraíso. A partir do final do século XVIII, as garantias da Razão foram convertidas em promessas da História. Para alguns, como Rousseau, essas promessas eram claramente ambíguas. Para outros, como Hegel, eram magníficas. Quer seja o positivismo de Comte, o utilitarismo de Bentham, a revolução de Marx ou o desencantamento de Weber, os subsequentes práticas e pensamento político e social se articularam em torno de poderosas proposições sobre mudança, inovação e transformação que têm sido a moeda comum intelectual durante, pelo menos, duzentos anos. A pesquisa sociológica contemporânea, por exemplo, ainda deve muito à consideração – compartilhada por todos os sociólogos clássicos, como Durkheim, e refletindo Hobbes em uma era de mentalidade histórica – de como uma sociedade moderna estável pode existir em vista da qualidade transformadora da vida moderna.

Nesse contexto, o atorramento contemporâneo já adquiriu o próprio antídoto confiável. A sensação de aceleração que causou impacto em tantos pensadores no final do século XIX e início do XX foi transformada, com facilidade, de um problema em uma celebração. Pode-se dizer que a história funciona simplesmente como deveria. O desenvolvimento é evolucionário e progressivo. O fim da ideologia está, inegavelmente, próximo. A Modernidade deve ser nossa salvação. Contra os efeitos colaterais da doutrina pura de Hegel ou de uma teoria básica do progresso, bastará grande parte da arrogância chauvinista dos impérios do século XIX, um tratamento mais benigno da teoria da escolha racional, da ética utilitária e da liberdade do mercado. E para aqueles que não querem parecer muito ingênuos ou crédulos demais, o antídoto pode ser engolido com uma cobertura apropriada do ceticismo de Rousseau ou Weber. A Modernidade traz tanto a emancipação quanto a perda: não o paraíso na terra, mas os conflitos de Sísifo, a perfuração lenta de tábuas duras, as demandas de responsabilidade e comunidade em um mundo no qual os princípios seculares perderam o brilho celestial.

De forma sucinta, as pretensões à inovação já têm um lugar apropriado dentro de convenções consagradas da vida intelectual contemporânea. Até mesmo as alarmantes dissoluções e reconstruções de 1989 podem parecer empreendimentos habituais se estivermos sedados pelas filosofias contemporâneas da História, por procedimentos acadêmicos que, além de serem consagrados interesses políticos, estão prontos e dispostos a pôr as inovações e incertezas em seu local adequado.

Entretanto, as filosofias da História que dependem de uma afirmação – até mesmo bastante qualificada – do Iluminismo europeu ou de teorias do progresso do século XIX passaram a parecer artefatos de um mundo que se transformou além da imaginação dos profetas dos séculos XVIII e XIX. Aquelas filosofias da História ainda são seduzidas por uma noção comum de espaço e territorialidade. Elas prometem nos levar daqui para lá, da tradição para a Modernidade, da Modernidade para a pós-Modernidade, do primitivo para o desenvolvido, da escuridão para a luz. Nesse sentido, elas reproduzem a fixação da temporalidade dentro de categorias espaciais tão cruciais na construção das tradições mais influentes do pensamento sociopolítico e da filosofia ocidentais. Seja passando dos perigos do sofisma para formas eternas, dos pecados da terra para redensões da eternidade ou das imprevisibilidades da subjetividade individual para as certezas objetivas da natureza, as explicações modernas da história e da temporalidade têm sido guiadas por tentativas de capturar o momento efêmero dentro de uma ordem espacial: dentro, digamos, das leis invariáveis de Euclides, da precisão segmentada do relógio ou das reivindicações soberanas dos Estados territoriais.³

As interpretações de eventos significativos começaram mais uma vez a se sedimentar em padrões administráveis. Especulações sobre monumentais transformações da civilização se tornaram mais familiares conforme os antolhos da Guerra Fria desapareceram e um novo milênio surgiu. No entanto, a experiência da temporalidade, da velocidade e da aceleração causa cada vez mais perplexidade.

Apesar da perplexidade, essa experiência está bem inserida na imaginação contemporânea.⁴ Discursos de estratégia militar expressam preocupação sobre incorrer em tempo de reação e decisões instantâneas em vez da

logística de espaços territoriais ampliados. Discursos de economia política falam sobre o aumento da mobilidade do capital em comparação às restrições territoriais vivenciadas por governos e mão de obra. A linguagem das probabilidades e acelerações, familiar agora por causa da astrofísica, tem um nítido contraste com as dinâmicas restritas expressas na grande síntese newtoniana da ordem cósmica. Uma cultura popular de imagens estáticas, respostas instantâneas e simulações de vídeo é interpretada, em geral, como uma expressão de um mundo de velocidade e contingência, em rápida transformação, que escapa da compreensão de todas essas teorias, daqueles reflexos dimensionais de Durkheim, Weber e Marx, que antes apreendiam com tanta convicção a dinâmica sem precedentes da Modernidade.

Seja no contexto de eventos dramáticos, de descrições da Modernidade de como variações sobre os temas da extensão espacial e do progresso histórico, ou de interpretações mais recentes do que tem sido caracterizado, arde modo variado, como uma condição pós-histórica ou pós-moderna, argumentos contemporâneos sobre a inovação apresentam uma série de problemas fundamentais para a prática e o pensamento políticos contemporâneos. Neste livro, exploro alguns desses problemas ao examinar como eles passaram a ser expressos pelas teorias contemporâneas de RI.⁵

Vou argumentar que as teorias de RI não interessam tanto pelas substanciais explicações sobre as condições políticas no mundo moderno, mas sim como expressão dos limites da imaginação política contemporânea quando confrontadas com persistentes e evidentes transformações estruturais e históricas. Elas podem ser interpretadas, como eu mesmo faço, como expressões de um entendimento historicamente específico do caráter e da localização da vida política em geral. Elas também podem ser interpretadas como um *locus* crucial, no qual outros tipos de reflexão sobre as possibilidades políticas ficam restritas por categorias e suposições que a análise política contemporânea é incentivada a aceitar como um fato consumado e indiscutível.

As teorias de RI interessam mais como aspectos a serem explicados do que como explicações sobre a política mundial contemporânea. Como tal, elas podem ser interpretadas como um discurso característico do Estado moderno e como uma prática constitutiva cujos efeitos remontam aos interstícios da vida diária. Questionar como as teorias de RI demarcam e

disciplinam os horizontes em que do lado de fora é perigoso empreender qualquer ação política que aspire ao racional, ao realista, ao sensível, ao responsável ou até ao emancipatório, é se conscientizar profundamente sobre a representação discursiva de opções espacotemporais que deixaram sua marca na divisão entre as teorias de possibilidade política dentro do Estado e teorias de meras relações além dos limites seguros do Estado territorial moderno. Questionar como as teorias de RI encerram todos os indícios de uma cronopolítica dentro de determinações ontológicas de uma geopolítica, dentro de espaços geométricos delimitados do aqui e do lá, é tornar cada vez mais claras as regras sob as quais tem sido possível falar sobre a política. Como discursos sobre limites e perigos, sobre as supostas fronteiras da possibilidade política no espaço e no tempo do Estado moderno, as teorias de RI expressam e afirmam os horizontes necessários da imaginação política moderna que, felizmente, são contingentes espacial e temporamente.

Historicidade e espacialidade como teoria de RI

A natureza problemática das teorias modernas de RI tem sido bastante discutida, principalmente em função do suposto fracasso de consagradas tradições intelectuais, da desordenada proliferação de estratégias de pesquisa, da dependência inadequada dos interesses de culturas e Estados específicos e da arrogância das ciências sociais empíricas. Entretanto, nas interpretações desenvolvidas aqui, quero mostrar como essa sensação geral de insatisfação se agrava ainda mais quando compreensões historicamente específicas de espaço e de tempo que influenciam as principais categorias e tradições da teoria de RI são desafiadas por especulações sobre as tendências aceleradoras da vida política contemporânea.

A expressão mais importante dessas compreensões, na verdade a crucial articulação política moderna de todas as relações espacotemporais, é o princípio da soberania estatal. Essas compreensões também estão aparentes em debates persistentes sobre a validade dos argumentos sobre o realismo político em relação a argumentos também persistentes sobre a transformação estrutural e histórica. Em consequência, grande parte da minha análise enfoca claramente específicas valorizações espacotemporais detec-

tadas nos argumentos sobre soberania estatal e realismo político. Sustento que, articulados como teorias de RI, os argumentos sobre o realismo político são uma consequência específica historicamente de possibilidades ontológicas contraditórias expressas pelo princípio da soberania estatal, e não, como se afirma com frequência, uma expressão de essências a-históricas e necessidades estruturais.

No mínimo, tenho o propósito de mostrar que existe bem mais na construção de argumentos sobre a soberania estatal e o realismo político do que fica aparente até mesmo na literatura teórica e metodológica mais complexa na área. Se for verdade, como muitos concluíram com base em diversas estratégias de pesquisa, que os argumentos sobre a soberania estatal e o realismo político não compreendem a dinâmica da política mundial contemporânea, será, portanto, necessário esclarecer as condições sob as quais se considera possível empregar rearticulações contemporâneas das relações espaço-temporais. As familiares controvérsias sobre a persistência ou o obsoleto dos Estados, ou se os chamados atores não estatais exercem um papel significativo na política mundial contemporânea, ou até mesmo se os Estados estão presos dentro de redes de interdependência ou regimes funcionais, não nos levam muito longe nesse aspecto. Pelo contrário, uma grande parte da pesquisa na área de RI ainda se satisfaz em chamar atenção para inovações contemporâneas enquanto assume como verdade absoluta uma representação modernista de todas as opções espaço-temporais. Embora não seja surpreendente que uma disciplina constituída, em grande parte, por meio de categorias de extensão espacial tenha dificuldades para aceitar e entender problemas de transformação histórica e aceleração temporal, as implicações dessas dificuldades têm permanecido bastante intransigíveis.

Parte do meu objetivo ao interpretar os persistentes argumentos sobre a soberania estatal e o realismo político como tentativas de resolver, ou mais em geral esquecer, as condições espaço-temporais da prática política contemporânea, é explorar algumas das implicações de recentes análises da possibilidade de uma atitude claramente crítica dentro da teoria de RI. Poucos argumentariam que tal atitude passou a prosperar agora. Muitos consideram até que tal atitude não seria desejável. Certamente, a ausên-

cia de crítica nesse contexto forneceu uma das medidas convencionais que distinguem a teoria de RI da maioria das outras áreas de análise política e social contemporânea. De fato, a ausência de teor crítico na maioria das teorias de RI é um caso bem especial. A distinção entre teorias de RI e outras formas de análise política e social é em si a expressão dos limites de uma prática política que busca ser diferente do que já se tornou dentro dos horizontes espaciais do Estado territorial.

Embora minha análise recorra a ideias e estratégias de investigação familiares por causa de literaturas abrangentes e ainda controversas sobre a pós-Modernidade e o pós-estruturalismo, estou mais preocupado em mostrar como a crítica, já presente nas teorias modernas de RI, perdeu-se ou foi esquecida por meio de estratégias textuais que misturam, polarizam e reinforcam explicações especificamente modernas das relações espaço-temporais. Nesse contexto, por exemplo, estou interessado não só nos discursos dominantes nos quais os realistas políticos confrontam com constância os idealistas e utopistas, mas também em como foi suprimida a possibilidade de uma teoria crítica de RI ao se privilegiar prescrições epistemológicas e metodológicas que assumem opções ontológicas-modernas-específicas historicamente como verdades absolutas. O enquadramento espacial da relação entre um sujeito autônomo separado do mundo objetivo é bastante crucial, pois repercute as mesmas dicotomias modernistas reificadas com facilidade nos argumentos sobre a soberania estatal e o realismo político. As epistemologias que afirmam simplesmente essas dicotomias não são, certamente, o ponto de partida mais apropriado para se investigar um mundo com fronteiras transiórias e incertas.

O que considero mais problemático é o fato de as Relações Internacionais considerarem inquestionável sua construção por meio de uma teoria, ou um complexo de teorias, a partir de argumentos relativos a uma identidade soberana no espaço e no tempo. Prefiro supor que qualquer análise da política mundial contemporânea que adote o princípio da identidade soberana no espaço e no tempo como uma verdade absoluta sobre a forma como o mundo é – em oposição à frequente alegação vaga que é parte das práticas de sujeitos modernos, incluindo as práticas de legitimação dos Estados modernos – só pode trabalhar com analogias e metáforas tiradas de

discursos nos quais essa suposição também seja tomada como verdade absoluta: em consequência, grande parte do apelo contemporâneo da teoria microeconômica utilitária explica padrões de conflito e cooperação entre os Estados. Apesar de promovidas sob o estandarte de uma ciência social rigorosa epistemologicamente, as narrativas utilitárias sobre a ação racional permanecem artificialmente literárias e carregam uma enorme bagagem ideológica e ontológica. Ao mudar as alusões de um pressuposto conhecido – a ação racional dos indivíduos soberanos em um mercado – para o que precisa de explicação – a ação racional/irracional dos Estados soberanos em um sistema/sociedade anárquicos –, as narrativas utilitárias encorajaram em específico a afirmação não crítica de argumentos relativos à identidade soberana no espaço e no tempo que poderiam ser bem mais questionados.

Embora meu enfoque explícito seja nas teorias anglo-americanas de RI, e nas tentativas de desenvolver uma perspectiva crítica com relação a elas, também me preocupo com análises teóricas mais abrangentes da rearticulação das relações espaço-temporais na pós-Modernidade, e com as relações das experiências específicas da teoria de RI sobre os limites da nossa capacidade de entender e responder a transformações espaço-temporais contemporâneas de forma mais geral. A interpretação das teorias de RI como um horizonte constitutivo da política moderna no Estado territorial visa esclarecer algumas das dificuldades que atrapalham a contemplação de qualquer outro tipo de política, seja ela designada como uma política mundial que abrange o planeta, como uma política local originada de locais particulares, ou de certa forma como ambas ao mesmo tempo – a possibilidade que me parece a mais interessante como também a negada explicitamente por concepções modernistas sobre a identidade soberana no espaço e no tempo.

Nesse contexto mais abrangente, especialmente, é difícil evitar duas fontes de controvérsia aparentes nos significados contrastantes atribuídos agora à Modernidade e à designação do presente como pós ou tardio. Tanto o caráter, quanto o destino contemporâneo da Modernidade são difíceis de definir nesse aspecto. Por um lado, a Modernidade tem sido caracterizada como um privilégio do espaço sobre o tempo ou como uma cultura da autoconsciência temporal e histórica. Por outro, as acelerações contempo-

râneas têm sido entendidas como uma reafirmação tanto da temporalidade como da espacialidade.

As reivindicações antigas e modernas sobre a Modernidade se originam e se referem em geral a uma forma de vida associada à emergência daquelas subjetividades autônomas e divergentemente irreconciliáveis descritas por Descartes, Galileu e Hobbes, celebradas por Kant e reificadas nas caracterizações populares da razão iluminista. Como se originaram de vários movimentos culturais durante o último século ou mais, elas indicam mais uma consideração sutil sobre a fragilidade daquelas subjetividades autônomas e a impossibilidade dessas divergências entre sujeito e objeto, linguagem e mundo, conhecedor e conhecido. O tema da Modernidade como uma era não só de rápidas transformações sociopolíticas, econômicas e tecnológicas, mas também de uma nova conscientização da temporalidade e da contingência de experiências especificamente modernas, é familiar desde o final do século XIX. De fato, a maior parte da literatura recente sobre a dinâmica da pós-Modernidade, e sobre o capitalismo tardio, pode ser interpretada como uma recuperação e uma extensão de ideias antes associadas a Baudelaire, Bergson e Nietzsche, assim como Marx.⁶ Muitas dessas ideias têm sido exploradas há muito tempo na literatura e na estética sob a rubrica do Modernismo, embora tenham sido suprimidas, em grande parte, das correntes dominantes do pensamento político e social em função de teleologias progressistas da teoria da modernização. Enquanto muitos dos temas característicos do pensamento pós-estruturalista e pós-modernista parecem estranhos e até mesmo perigosos no contexto das ideologias da modernização, eles têm maior probabilidade de parecer familiares para aqueles que entendem as formas culturais modernas como respostas à renovada apreciação da temporalidade e da contingência tão característica da vida intelectual na Europa do final do século XIX e início do XX.

Embora grande parte da preocupação contemporânea com a velocidade e a aceleração estejam presentes em correntes intelectuais modernas nesse último aspecto, assim como em correntes mais convencionadas de que a Modernidade é uma condição em desaparecimento, as teorias de RI permanecem bastante influenciadas pelos horizontes ontológicos do início da Modernidade, embora muitos elementos da crise do historicismo do final

do século XIX estejam visíveis em algumas versões dos argumentos do realismo político. De fato, argumento que apelos reiterados ao realismo político simplesmente obscurecem as contradições problemáticas há muito tempo para os teóricos da Modernidade. É o caso em específico das recentes tentativas influentes de articular uma chamada teoria de RI estrutural ou neorrealista, tentativas que interpreto como mais uma forma de evitar sérias dificuldades ontológicas por meio de um apelo injustificável às necessidades epistemológicas.

O duplo diagnóstico da Modernidade como um campo de separações espaciais ou conscientização histórica encoraja um duplo diagnóstico das trajetórias contemporâneas. Alguns autores identificam a Modernidade em relação a proposições características sobre a teleologia evolucionária e a história progressiva. Afetados pelo impacto da velocidade e das acelerações da era contemporânea, eles falam sobre uma nova consciência espacial, caracterizando a pós-Modernidade como uma transição do tempo para o espaço, de continuidades temporais para deslocamentos espaciais. Outros, enfocando mais os momentos constitutivos do pensamento moderno em relação à separação espacial principalmente em termos espaciais, sobretudo em relação à separação espacial entre o ego consciente e o mundo objetivo da natureza, à estética da perspectiva tridimensional e às demarcações do Estado territorial. As condições contemporâneas são compreendidas, portanto, como uma revalorização da temporalidade.

Os problemas teóricos e históricos apresentados por essas concepções conflitantes da natureza espaço-temporal da Modernidade são certamente muito complexos e apresentam sérias dificuldades para a análise da vida política contemporânea. Eles estão inseridos, por exemplo, em uma importante tensão da literatura sobre a economia política moderna. Grande parte desse tema de estudo herdou a constatação de Marx de que o caráter dinâmico do capitalismo implicava a destruição inevitável do espaço pelo tempo: tudo que é sólido desmancha no ar. No entanto, as análises do Estado capitalista têm tido que explicar a capacidade das estruturas políticas de preservar uma concepção de integridade espacial, quer em nome da territorialidade ou da identidade nacional. Essa tensão é sentida no famoso desacordo entre as RI e a economia política internacional como for-

mas de pesquisa, um desacordo que muitas vezes, de forma inútil, é caracterizado como entre base e superestrutura ou entre a alta (*high politics*) e a baixa (*low politics*) política.⁷ Esses problemas também estão inseridos em procedimentos analíticos e fronteiras disciplinares que simplesmente reproduzem distinções obsoletas entre espaço e tempo em um mundo mais apropriadamente caracterizado por padrões de intrincadas conexões. Entretanto, principalmente por meu enfoque explícito ser em uma disciplina constituída como uma análise das relações entre Estados concebidos fundamentalmente como entidades espaciais, considero crucial a primazia do espaço na experiência cultural e intelectual do início da Modernidade, como a responsável por estabelecer as condições sob as quais explicações posteriores de temporalidade – incluindo as propostas por Marx – poderiam ser articuladas como uma progressão linear e, desse modo, mensurável.

Para meus propósitos aqui, os argumentos contemporâneos sobre a inovação e a transformação na vida política dão origem a três grupos de problemas em particular.

Um grupo envolve a interpretação daquelas estruturas e processos por meio dos quais as identidades políticas modernas têm se constituído durante a história. Tal interpretação é marcada, às vezes, por um interesse pela cultura, principalmente em relação à emergência do nacionalismo como a expressão mais contundente de solidariedades coletivas. Às vezes, é influenciada por vários tipos de economia política, principalmente em relação ao Estado como uma expressão de interesses particulares. Outras vezes, é influenciada por uma multiplicidade de perspectivas que vão do desenvolvimento de subjetividades individuais, especialmente em relação à construção social de classe, raça e gênero, a ideologias de individualismo possessivo e à micropolítica da infância. Como ênfase no capítulo final, contudo, a sistemática marginalização das análises de cultura, Estado, classe, gênero, raça ou subjetividade individual como expressões da identidade política moderna ocorrem principalmente porque o caráter e a localização da identidade política moderna já são admitidos como um fato consumado e inquestionável nas reivindicações da soberania estatal. Em consequência, minha preocupação principal é com a constituição das identidades polí-

ticas modernas referentes às reivindicações da soberania estatal, e desse modo com a proposição do início da Modernidade de reivindicações conflitantes quanto a uma humanidade concebida universalmente, por um lado, e reivindicações particularistas de cidadãos, por outro.

Um segundo grupo de problemas envolve as categorias dentro das quais as explicações de mudança histórica têm sido estruturadas na teoria política e social moderna. Nesse contexto, tenho um interesse especial no impacto contínuo das tensões familiares entre filosofias/ideologias do Iluminismo e do desencanto:⁸ entre explicações universais de progresso e do fim da História e da contracorrente do pluralismo romântico ou desencantado que passou a desafiar e afirmar as narrativas mais influentes em relação a de onde viemos, para onde vamos e, em consequência, quem de fato “nós” somos. Para meu atual propósito, o ainda não compreendido Max Weber tem uma importância especial nesse aspecto. Sustento que, por meio de Weber, é possível ver como essas tensões se infiltraram nas teorias modernas de RI, e de tal forma que, tanto as questões filosóficas em jogo, como as consequências políticas delas, essas interpretações análogas de possibilidades históricas têm sido mais ou menos esquecidas.

Um terceiro grupo de problemas envolve aquelas formas contemporâneas da teoria crítica – especialmente as fixadas sob os insatisfatórios rótulos de pós-modernismo, pós-estruturalismo e assim por diante – que buscam empregar horizontes discursivos que ainda sustentam e legitimam tanto explicações predominantes de identidade política quanto nossas mais influentes filosofias da História.⁹ Aqui, quero insistir que muitos dos temas introduzidos na teoria política e social contemporânea, sob esses rótulos, já tinham atuação durante a maior parte desse século. Eles já estavam presentes nas teorias sobre as Relações Internacionais, apesar da moderna disciplina de RI relutar em se envolver com questões teóricas e filosóficas de qualquer tipo.

Nesse contexto, em específico, exploro a marginalização bem-sucedida de quase todas as formas de estudos críticos sobre as relações internacionais por meio de um apelo retórico às explicações de inovação e continuidade enraizadas em argumentos especificamente modernos sobre a identidade soberana. Por um lado, argumento que essa disciplina tem sido marcada por um esquecimento sistemático das condições sob as quais ela

sustenta suas proposições de conhecimento e seu alcance ideológico. Por outro lado, sugiro que perspectivas que emergem agora sob a rubrica da crítica pós-moderna e pós-estruturalista, em particular, permitam esclarecer essas condições. Elas conseguem isso principalmente por trabalharem com reivindicações a respeito de identidades políticas modernas e filosofias da história profundamente inscritas em categorias, debates e rituais discursivos centrais da disciplina.¹⁰ Como muitos analistas políticos afirmam com frequência, o poder é muitas vezes predominante e eficaz em meio ao silêncio do consenso geral.

Com relação a cada um desses três grupos de problemas e questões, todos entendidos como aspectos de nossa perplexidade contemporânea sobre a historicidade da existência humana, meu objetivo é analisar o grau em que uma preocupação crescente com a velocidade, a temporalidade e a contingência debilita categorias de análise em um *locus* do pensamento político e social moderno que, de modo convencional, é mais espacialmente orientado. Meu interesse mais específico é o grau em que transformações contemporâneas podem ser entendidas como desafios à resolução espacial de declarações sobre a possibilidade de uma comunidade política significativa dentro dos Estados e a impossibilidade de algo mais do que arranjos transitórios entre eles. Essa resolução, expressa na reivindicação à soberania estatal, é a condição crucial que permite e encoraja a distinção constitutiva entre duas tradições de pensamento e de análise da vida política moderna: uma tradição do pensamento propriamente político, por um lado, e uma tradição da teoria sobre as Relações Internacionais, por outro. Essa distinção entre nacional e internacional, seja de modo explícito como acontece na teoria de RI, ou de modo implícito como nos textos sobre teoria política, continua a influenciar nosso entendimento de como e onde a prática política progressiva e efetiva pode ser promovida.

A soberania dos Estados é considerada certamente o mais importante fato da vida em um mundo de autoridades mais ou menos autônomas. Na verdade, ela é tão importante que é aceita muitas vezes como fato certo e inquestionável, permanecendo uma abstração ou um terreno técnico para contendas jurídicas. No entanto, as reivindicações à soberania envolvem práticas políticas bem concretas, práticas com importância ainda maior à medida que são tratadas como meras abstrações e tecnicidades jurídicas.

Além disso, essas práticas são exercidas tanto dentro de discursos acadêmicos sobre as relações internacionais quanto na própria arte de governar.¹¹

Refletir sobre o caráter transformador das trajetórias contemporâneas com qualquer rigor teórico, argumento, é necessariamente questionar a resolução espacial de todas as opções filosóficas expressas pelo princípio de soberania estatal – uma resolução, em qualquer caso, sempre em questionamento e sujeita ao adiantamento constante e a sucessivas tentativas de afirmar sua necessidade natural. Apresentando o argumento da forma mais sucinta possível: se é verdade que a vida política contemporânea é cada vez mais caracterizada por processos de aceleração temporal, portanto, o provável é que aumentem as incongruências alarmantes entre novas articulações de poder e explicações da vida política baseadas na ficção do início da Modernidade de que a temporalidade pode ser fixada e subjugada dentro de coordenadas espaciais de jurisdições territoriais.

Esse argumento se perde muitas vezes em contravérsias intermináveis que discutem se os Estados ficarão aqui para sempre ou estão prestes a desaparecer em uma cosmópole global. Na verdade, a forma discursiva dessas contravérsias é, com frequência, bem mais interessante do que as construções de evidência empírica usadas para decidir a prioridade de um dos aspectos dessa digressão particular. O que está em jogo na interpretação das transformações contemporâneas não é a eterna presença ou a iminente ausência de Estados, mas até que ponto a resolução modernista das relações espaço-tempo expressas pelo princípio da soberania estatal oferece uma explicação plausível das práticas políticas contemporâneas, incluindo as práticas dos Estados.

Além disso, na medida em que as explicações contemporâneas das alterações temporais fogem dos clichês familiares das filosofias modernas da História, elas também questionam o modo no qual desafios ao princípio da soberania estatal são convencionalmente promovidos: isto é, pela razão de universalizar declarações sobre paz, justiça, razão e humanidade em geral. Essa razão é exatamente a condição sob a qual argumentos sobre a soberania estatal foram promovidos, antes de mais nada. Ela não proporciona a possibilidade de uma crítica efetiva.

Essa é uma das principais ideias sustentadas por, no mínimo, alguns colaboradores da transição pós-moderna na teoria política e social no sé-

culo XX.¹² É uma ideia que quero investigar aqui em uma série de reflexões sobre os rituais discursivos por meio dos quais as teorias modernas de RI têm sido construídas como um horizonte claramente definido, mas apenas esporadicamente problematizado, da prática e do pensamento políticos modernos. Ao abordar questões sobre a identidade política e a mudança histórica por meio da reflexão sobre as implicações da transição pós-moderna para as teorias de RI, quero analisar como somos capazes, ou incapazes, de conceber outras possibilidades, outras formas de comunidade e identidade políticas, outras histórias, outros futuros.

As Relações Internacionais e os horizontes da teoria política moderna

A noção de que o pensamento político moderno e a vida política moderna estão severamente restritos dentro de horizontes intelectuais herdados é bastante difundida. Essa noção de restrição é sentida no ceticismo popular com relação a ideologias políticas consagradas. Ela caracteriza influentes correntes da teoria política e social contemporânea.¹³ Ela encontra uma articulação importante e interessante, em particular, nas teorias modernas de RI.

Nesse contexto, as teorias de RI parecem menos um conjunto de variações sobre o tema da política de poder – certamente seu aspecto mais popular – do que uma oficialização de uma explicação historicamente específica da natureza, da localização e das possibilidades da comunidade e da identidade políticas. Entretanto, como uma oficialização, elas também são um alerta. Elas especificam os limites dentro dos quais a oficialização é realizada. Elas expressam ressalvas oficiais sobre até que ponto e sob que condições essa explicação particular da comunidade e da identidade políticas pode ser sustentada no espaço e no tempo. Como uma disciplina preocupada com a definição de fronteiras, o registro de perigos e a mobilização de defesas, a análise das relações internacionais oferece uma explicação clara do significado de que o pensamento político moderno corre risco, está em crise, necessita de rejeição, reafirmação ou reconstrução.

A maior parte das explicações sobre os limites do pensamento político moderno reflete estratégias críticas e retóricas familiares. Afirma-se que as perspectivas teóricas predominantes estão fora de sintonia com as trajetó-

rias contemporâneas. O incentivo para se prescindir do antigo e introduzir o novo se tornou um coro de afirmações peremptórias de que o progresso é, de fato, possível. Por outro lado, formas dominantes de pensamento expressam os interesses especiais de grupos, classes ou sociedades articuladas. Portanto, é preciso se livrar de uma visão limitada e ideológica para favorecer uma maior abertura e universalidade. Contudo, um dos aspectos mais notáveis da análise política contemporânea tem sido uma preocupação crescente com os limites dessas análises familiares dos limites. A preocupação, até mesmo a obsessão, com horizontes transcendentes herdados cupação, passou a ser vista como um aspecto característico de tradições das quais é preciso desconfiar atualmente.

Essa desconfiância em particular é, em parte, o que tornou a transição pós-moderna e as estratégias acadêmicas do pós-estruturalismo tão problemáticas para as formas consagradas da análise crítica. Elas envolvem não só um ceticismo quanto às herdas reinvidicações éticas, ideológicas e intelectuais, mas também quanto à possibilidade de mudança para uma situação melhor. A alegação de que a grama é mais verde em outras vizinhanças, quer ela seja mapeada como algum âmbito de pressupostos universais transcendentes ou inscrita nas qualidades essenciais ou capacidades racionais da humanidade como tal, tem sido há muito tempo o terreno explícito ou implícito que possibilita e legitima a crítica das tradições herdadas. Sem essa possibilidade, essa solução expressa em simples metáforas espaciais de uma jornada para algum local, ocorre a suposição de que só nos resta uma idealização conservadora do presente como o melhor de todos os mundos possíveis ou uma desconstrução simplesmente nihilista ou relativista de qualquer terreno em que se possa empregar uma política progressiva. Essa suposição é bastante enganadora.¹⁴

Não há dúvida de que as teorias de RI expressam os limites do pensamento político moderno exposto a formas convencionais de crítica. Essas teorias podem ser entendidas como produto de condições históricas específicas já passadas.¹⁵ Elas também podem ser entendidas como expressões ideológicas dos interesses provincianos de determinadas sociedades.¹⁶ Elas podem ser entendidas até mesmo com relação à institucionalização de específicas disciplinas acadêmicas e, principalmente, com relação a contravérsias características da ciência política, a disciplina com a maior in-

fluência no desenvolvimento das relações internacionais como forma de pesquisa.¹⁷ Entretanto, embora exista espaço para mais críticas desse tipo, ainda é excepcionalmente difícil especificar os terrenos políticos nos quais tal crítica pode ser feita ou quais as suas implicações práticas.

Se as teorias de RI expressam suposições temporais e espaciais sobre a comunidade política que se cristalizou no início da Modernidade na Europa, como acredito que sim, então não fica claro o possível significado de fundamentar a crítica em algum outro tipo de comunidade política, a não ser, por exemplo, que recorramos a alguma concepção puramente abstrata da humanidade como tal. Felizmente ou infelizmente, e apesar das influências declarações promovidas por certas tradições religiosas, éticas e filosóficas, a humanidade como tal não é uma categoria política significativa. Esse é, afinal, exatamente o dilema reconhecido por todos aqueles teóricos do início da Modernidade que tiveram de entender e aceitar o colapso de explicações universalistas das hierarquias políticas, religiosas e metafísicas.¹⁸ Por essa razão é que os textos de Maquiavel e de Hobbes permanecem significativos para o pensamento contemporâneo sobre a política mundial, e não porque esses textos expressam as verdades eternas sobre a *realpolitik* ou a anarquia internacional.

De forma similar, se as teorias de RI podem ser entendidas como expressões da *Pax Britannica* e da *Pax Americana*, a partir das quais foram formuladas em grande parte, mais uma vez não está claro como é possível especificar uma forma menos provinciana e hegemônica de se falar sobre uma comunidade alternativa ou mais inclusiva. Mesmo que concepções do início da Modernidade sobre a comunidade e a identidade políticas comecem a perder grande parte de sua plausibilidade, como acredito que sim, explicações convincentes de possibilidades alternativas serão notoriamente difíceis de ser encontradas. Elas são difíceis de encontrar porque as resoluções espartocotemporais por meio das quais explicações do início da Modernidade sobre a comunidade política foram constituídas, e depois formalizadas pelo princípio da soberania estatal, tornaram-se bastante enraizadas na prática e no pensamento modernos. Elas também estão enraizadas nas aspirações por uma crítica radical como estão nas formas mais complacentes da apologetica conservadora.

É essa impossibilidade presumida de conceber até mesmo uma alternativa para a explicação da comunidade política, que surgiu na Europa do início da Modernidade, que é expressa pelas formas mais influentes da teoria de RI sob o rótulo bastante flexível do realismo político. De modo oposto, a necessidade urgente de alguma alternativa às pessimistas histórias reatas, a necessidade urgente de algum denominador comum – designado muitas vezes como *idealismo* ou *utopismo* – da maioria daqueles que buscam criticar as teorias de RI como uma ideologia obsoleta e provinciana. Em ambos os casos, a especificidade histórica dessa interpretação das opções históricas é obscurecida de forma sistemática por argumentações efetivas discursivamente, mas triviais filosoficamente, sobre, por exemplo, tradições intelectuais herdadas, a relação entre verdade e poder, e teorias essencialistas sobre o Estado por um lado e a natureza humana por outro.

É por essa razão que suspeitas sobre as filosofias modernistas da História e os imperativos da razão universal são fundamentais para as tentativas contemporâneas de entender os horizontes da imaginação política moderna. Elas são especialmente importantes, para meus propósitos nesse livro, porque dão destaque crítico às suposições sobre identidade/diferença, *self/other*, interno/externo, história/contingência e iminência/transcendência que permitiram a construção das teorias sobre as Relações Internacionais como um discurso sobre as tragédias permanentes de um mundo destinado a continuar fragmentado enquanto anseia pela reconciliação e integração. Quando destacados dessa forma, os debates característicos da disciplina Relações Internacionais confirmam os horizontes consagrados do discurso político moderno em geral. Contra aqueles que temem a transição pós-moderna por ela debilitar a possibilidade de escapar dos perigos de um mundo fragmentado, recorro a suspeitas pós-estruturalistas das condições sob as quais tal escapatória tem sido desejável para mostrar como a própria esperança de fuga impossibilita uma crítica efetiva.

As teorias de RI são um contexto particularmente interessante para se examinar as implicações das suspeitas pós-estruturalistas quanto às tentativas de transcender os horizontes políticos e intelectuais herdados porque, tanto quanto qualquer outra disciplina intelectual moderna, elas se preocupam explicitamente com as políticas de fronteiras. As teorias buscam explicar e orientar quanto à segurança e à transgressão de fronteiras entre

consagradas formas nacionais de ordem e comunidade e o âmbito internacional de perigo (insegurança, guerra) ou de uma humanidade concebida universalmente (paz, política mundial). Nas implicações da transição pós-moderna para as teorias de RI, portanto, não se pode simplesmente importar de outro lugar a última moda intelectual, como foram importadas, de algumas teorias de sistemas ou de microeconomia modelos, metáforas e legitimidade profissional para serem aplicadas em orientações teóricas específicas e estratégias metodológicas. Em vez disso, é preciso entender como as teorias de RI – teorias de relações por meio de fronteiras – têm sido constituídas com base em argumentações historicamente específicas, cada vez mais controversas sobre o que significa estabelecer, defender ou transgredir fronteiras, sejam territoriais ou intelectuais.

Ao focar os horizontes da teoria política moderna, contudo, não pretendo negar que, para muitos ou até para a maioria dos estudantes de política, suposições e princípios consagrados permanecem mais ou menos adequados às condições contemporâneas. Também não quero negar uma continuidade entre algumas formas de afirmação crítica da Modernidade e perspectivas inauguradas pela transição pós-moderna. O que está em jogo aqui não é outra divisão entre Modernidade e pós-Modernidade, apesar do recente predomínio dessa interpretação sedutora, mas profundamente enganadora, das alternativas diante de nós. Construir uma narrativa dos debates contemporâneos desse modo seria permanecer dentro de convenções consagradas do discurso modernista e da interpretação distinta delas entre o que é normal ou patológico, convencional ou radical, legitimamente idêntico ou subversivamente diferente. Entretanto, embora admita a continuidade, quero desafiar aquelas afirmações da Modernidade que se corrompem em dogmatismos de um tipo ou de outro.

Reivindicações ao realismo político, argumento, têm assumido especialmente esse papel, embora de forma distintivamente ambivalente e, portanto, interessante. Bem menos ambivalente, e muito menos interessante, as demandas sobre a ciência social moderna têm assumido, com frequência, uma qualidade similar. Quer recorrendo a uma aversão positivista pela metafísica ou simplesmente partindo das suposições sobre racionalidade, objetividade e autonomia individual, que se tornaram hegemônicas dentro de sociedades liberais modernas, a ciência social moderna tem tido a pro-

penção de reduzir todas as questões embaraçosas em dificuldades de método e técnica. Tenho uma preocupação especial aqui com o grau em que distinções entre fato e valor, sobre a lógica da explicação empírica e, sobretudo, sobre a presumida prioridade da epistemologia sobre a ontologia e a axiologia, têm complicado sistematicamente o caráter controverso de argumentos sobre soberania e realismo político.¹⁹

Não obstante, o caráter não autocrítico de grande parte da ciência social, especialmente na análise de Relações Internacionais, não deve menosprezar o entendimento da vida política moderna como uma realização histórica positiva ou direcionar princípios consagrados para que se tornem, mais emancipatórios. No contexto específico da teoria de RI, por exemplo, literaturas recentes expressam um interesse crescente em uma forma de liberalismo com inspiração ética, que aspira a um tipo de republicanismo kantiano ou mesmo a uma paz perpétua entre comunidades políticas autônomas.²⁰ De modo mais significativo, talvez, são feitas várias tentativas para elaborar teorias críticas sobre as relações internacionais que busquem cumprir as promessas da Modernidade em vez de questioná-las.²¹

Essas tentativas refletem claramente uma tendência mais abrangente dentro do recente pensamento político e social. Talvez a iniciativa mais conhecida tenha sido a ambição de Jürgen Habermas de reescrever as aspirações iluministas relacionadas a uma razão universal enquanto reconhece pelo menos algumas das contradições inerentes a essas aspirações que tanto desencorajaram os predecessores de Weber e Habermas na chamada Teoria Crítica da Escola de Frankfurt.²² Iniciativas comparáveis são encontradas na celebração, de Hans Blumenberg, da capacidade de autoafirmação que ele considera como o maior feito da Modernidade²³ ou na tentativa de Charles Taylor de esclarecer dilemas morais contemporâneos por meio da compreensão histórica da realização da autoidentidade.²⁴

Entretanto, o que torna grande parte dessa literatura interessante não é a simples afirmação da Modernidade, do tipo bastante comum na ciência social moderna, mas um reconhecimento cuidadoso e até mesmo relevante do problemático *status* da Modernidade. A capacidade de perceber esse caráter problemático, de fato, é que sustenta a tentativa de recuperar ou elaborar os feitos – autonomia, liberdade, racionalidade – conhecidos

por serem muito frágeis. Também é possível afirmar o mesmo com relação a muitos transformados em simplórios defensores do progresso e da razão universal. Na verdade, na minha opinião, também é útil empregar Hobbes, Spinoza, Rousseau, Hume, Kant, Hegel e Marx para avaliar o caráter problemático da Modernidade, assim como aqueles que absorveram as lições de Nietzsche, Foucault e Derrida. Aquelles que reivindicaram epistemologias modernistas para disciplinar as eclosões contemporâneas do ceticismo poderiam bem se lembrar das reflexões de Hobbes sobre a linguagem ou a dificuldade que tais pensadores do início da Modernidade tinham ao responder às demandas de uma ordem política puramente secular.

Essa é uma das razões pela qual muitos dos debates recentes que tentam forçar uma rígida divisão entre Modernidade e pós-Modernidade são tão enganadores, mesmo que tal distinção tenha originado entendimentos válidos. Grande parte da transição pós-moderna pode ser entendida como uma série de tentativas de resgatar ou reconstruir, ou até mesmo criar finalmente um espaço prático para uma preocupação kantiana com as condições da possibilidade de conhecimento ou o significado da autonomia em um mundo no qual as promessas seculares da Razão e da História não podem mais nos consolar pela morte de Deus. Ela também pode ser entendida como uma luta multifacetada para entender e aceitar a possibilidade de uma prática política emancipatória ou crítica em função dos grandes substitutos seculares de Deus no pensamento político moderno – Razão, História, Estado soberano, indivíduo soberano e classe universal – passaram a ser considerados tão problemáticos.²⁵

Mais especificamente, quero sugerir que muitas das perspectivas intelectuais inauguradas pela transição pós-moderna podem ser compreendidas como um modo de entendimento do significado atual de se falar de política mundial em vez de apenas relações internacionais ou interestatais.

Apesar dos termos relações internacionais e política mundial serem tratados como sinônimos, eles também sugerem uma incompatibilidade radical. A resolução do início da Modernidade de todas as relações espaço-temporais expressas pelo princípio da soberania estatal implica uma distinção fundamental entre o *locus* da legítima política interna e um mero espaço de relações entre os Estados. Embora seja fácil ignorar essa distinção

ao se reduzir toda a ação social a um denominador comum básico – a luta pelo poder; a racionalidade instrumental, a ética universal –, a análise política mais séria tem sido forçada a responder à dificuldade de simplesmente converter suposições consagradas em relação a formas estatísticas da comunidade política em um âmbito onde tal comunidade está supostamente ausente. Em consequência, ocorrem os alertas constantes sobre os perigos da “analogia doméstica” ou a antipatia especial reservada ao utopismo, uma grande parte das teorias modernas de RI.²⁶ Mas, outra consequência é o silêncio distinto de tradições políticas predominantes quando confrontadas com as demandas sobre a necessidade de uma resposta mais cosmopolita a experiências coletivas de uma economia global, uma ecologia planetária ou uma tecnologia elaborada especialmente para o suicídio das espécies.²⁷

As condições sob as quais somos agora capazes – ou incapazes – de ceber o possível significado de se falar da política mundial, e desse modo de uma rearticulação espaçotemporal da comunidade política, são em grande medida definidas em termos de suposições consagradas no princípio da soberania estatal. São precisamente essas suposições que são questionadas, embora não pela primeira vez, pela convergência das críticas filosóficas que caracterizaram a transição pós-moderna. Mais uma vez, deve ficar claro que empreender uma exploração pós-moderna do que pode significar falar sobre a política mundial não é apenas rejeitar o que existia antes. Isso, contudo, requer uma nova tentativa de entender e empregar os limites historicamente constituídos de discursos predominantes sobre relações internacionais/política mundial, sem assumir simplesmente que resoluções historicamente específicas de todas as opções espaçotemporais expressas pelo princípio da soberania estatal são o único terreno a partir do qual o pensamento crítico e a prática emancipatória podem ser gerados.

Reflexões sobre as práticas acadêmicas de uma disciplina

Como uma sequência de reflexões sobre um discurso sobre os horizontes da política moderna, este livro não tem uma tese ou conclusão óbvia. Ele é mais motivado pela dificuldade de se falar de modo coerente sobre a política nessa conjuntura histórica do que pela certeza de que um autor ou uma orientação teórica apresente um caminho claro a ser seguido.

Rejeito claramente a concepção de que a transição pós-moderna oferece novos paradigmas de pesquisa, já que esses passaram a ser concebidos dentro da ciência social moderna. No entanto, esse livro apresenta um tema de orientação livremente articulado, tema que permanece excepcionalmente difícil de se especificar, a não ser em um nível bem geral.

Se o princípio da soberania estatal pertencente ao início da Modernidade que ainda orienta o pensamento político contemporâneo é tão problemático, como sugerem essas reflexões, é necessário lidar com as questões que esse princípio respondia apenas de forma historicamente específica. Apesar da clara dificuldade nos argumentos sobre a continuidade das questões durante o tempo, acredito que questões sobre a identidade política e, portanto, sobre a legitimação de várias formas de inclusão e exclusão, não são mais respondidas de forma adequada nos termos territoriais herdados da Europa do início da Modernidade e reproduzidas facilmente em nome do Estado e da nação. Essa resposta sempre foi controversa, embora os termos da controvérsia sejam talvez mais complexos e urgentes atualmente. As questões sobre a identidade política, contudo, são cada vez mais importantes para as tentativas de especificar um conteúdo para um termo como política mundial. Elas também resistem cada vez mais às arraigadas estratégias de pesquisa implementadas em nome da disciplina de RI e de formas de teoria política satisfeitas em tratar a nítida distinção entre teoria política e Relações Internacionais como uma premissa implícita.

Em consequência, também é necessário lidar com as suposições mais fundamentais sobre a relação entre unidade e diversidade e entre espaço e tempo, que fixaram e autorizaram a solução do início da Modernidade a entrar nas práticas mais comuns da vida política moderna. Contra aqueles que continuariam a sustentar que as RI são uma disciplina de dogmatismos e reificações, quero sugerir que os argumentos sobre a política mundial contemporânea envolvem as questões mais essenciais sobre a vida política contemporânea. Em vez de continuar a ser um *locus* que marginaliza e protela as interrogações características da teoria política, ela tem que ser um *locus* onde tais interrogações são conduzidas com mais persistência. E contra aqueles que insistiriam que as questões fundamentais ainda podem ser solucionadas dentro das concepções modernistas sobre a relação de unidade e diversidade no espaço e no tempo, quero sugerir que são exatamente

essas concepções que dificultam a contemplação de qualquer tipo de identidade política significativa em um mundo de profundas acelerações temporais e deslocamentos espaciais.

Essas reflexões têm um enfoque mais e um menos explícito. O assunto primordial são momentos específicos de controvérsia dentro da disciplina de RI desde 1945. O mais importante desses momentos ocorre sob a fachada da grande antinomia entre o realismo político e o utopismo ou idealismo político. Interpreto o primeiro como uma pluralidade de discursos sobre a diferença tanto no espaço como no tempo, e o último como um discurso que, antes de mais nada, possibilita as reivindicações ao realismo político. Ao contrário do pensamento convencional, proponho que a tradição de pensamento dominante nessa disciplina não é o realismo político, em qualquer caso melhor entendido como uma estratégia diversificada e bastante volúvel de evasões teóricas. Em vez disso, é essa alegação constitutiva à universalidade que passou a ser conhecida e ridicularizada como idealismo e utopismo. Também interpreto aquelas outras controvérsias centrais às explicações do desenvolvimento da disciplina – sobre estadocentrismo e globalismo ou sobre metodologias sociocientíficas – como variações dessa antinomia central. Interpreto essa antinomia como uma articulação específica das opções filosóficas expressas pelo princípio da soberania estatal. Concordando com as supostas reivindicações realistas sobre o significado do princípio de soberania estatal, argumento que as teorias de RI informam menos sobre o caráter e as consequências da soberania estatal do que o princípio da soberania estatal nos informa sobre as estruturas categoricas da teoria de RI. Começando com declarações influentes ou típicas sobre opções de pesquisa, feitas por acadêmicos contemporâneos, contesto suposições consideradas verdadeiras absolutas por essas declarações e, em seguida, tento mostrar como possibilitar outras formas de pensamento.

De forma menos explícita, estou preocupado em desenvolver uma série de ideias que respondem aos dilemas da identidade política, da mudança histórica e a possibilidade crítica devido a uma conscientização das acelerações e incertezas contemporâneas. Uma linha de análise começa com aqueles teóricos do início da Modernidade que articularam uma nova – moderna – explicação das subjetividades autônomas no encaixo da dissolução das hierarquias medievais. Nesse contexto, meu intuito é saber como

ainda é possível tratar Maquiavel e Hobbes como pensadores críticos, apesar da ferocidade com a qual eles têm sido reduzidos a meros joões-ninguém em um suposto cânone sobre as necessidades da política de poder.

Uma segunda linha de análise foi influenciada por uma série de pensadores que buscam responder à crítica do racionalismo iluminista na virada deste século. Por causa da influência direta sobre alguns dos mais conhecidos teóricos de RI, como Hans J. Morgenthau e Raymond Aron, enfoco especialmente o legado de Max Weber.

O terceiro conjunto de ideias está associado ao emaranhado heterogêneo entre pós-modernistas, pós-estruturalistas e teóricos interpretativos que desenvolveram críticas investigativas das reivindicações à subjetividade autônoma elaboradas no início da Modernidade, sutilmente reafirmadas por Weber. Aqui minha principal inspiração vem de Michael Foucault, mas apenas porque o considero um meio particularmente desafiador e sensível de abordar o pensamento sobre a linguagem, a identidade e o poder indispensáveis para se pensar sobre a política no final do século XX. Embora eu não queira exagerar a ênfase de conexões traçadas entre Weber e Foucault,²⁸ acho útil pensar sobre esses dois extraordinários pensadores como fontes férteis para se entender e trabalhar a relação entre os argumentos sobre a Modernidade e a identidade soberana. Esse terreno tão abrangente, de controvérsia política e filosófica, forneceu-me um contexto que permite basear-me em alguns elementos da crítica, em específico a crítica desconstrutivista das identidades soberanas associada a Jacques Derrida, assim como a uma herança intelectual ainda mais ampla – mas nesse caso raramente explícita – marcada especialmente pelos nomes de Kant, Marx e Nietzsche.

Como muitos livros sobre *Relações Internacionais*, começo com Maquiavel; ou melhor, com a suposta alegação de começar com Maquiavel. Depois discuto problemas apresentados pelos três “grandes debates” reconhecidos por marcar o desenvolvimento da disciplina – sobre o realismo e o idealismo, o método apropriado e a persistência ou obsolescência do Estado. Utilizo o realismo para desafiar a contínua influência da reivindicação sobre uma tradição da teoria de RI na qual o nome de Maquiavel manteve um papel proeminente. Um questionamento paralelo também influencia minha visão sobre a necessidade de levar a ética de forma mais direta para as discussões contemporâneas das *Relações Internacionais*.

Os temas mencionados nessas discussões do realismo e do idealismo são então reformulados em relação a controvérsias mais recentes resultantes das tentativas de privilegiar certos modos de pesquisa empírica e racionalista. Tenho uma preocupação especial em ressaltar o quanto problemas ontológicos, axiológicos e ideológicos são preteridos para se favorecer um entendimento da pesquisa social concebido mais epistemologicamente, e o quanto as reivindicações ao realismo político suprimem contradições fundamentais entre compromissos estruturalistas e historicistas.

No capítulo 6, abordo a estrutura espacial das principais categorias disciplinares, enfocando especialmente a oposição característica entre as posições de que o Estado territorial estará sempre presente ou está agora iminentemente ausente, e sobre a transformação de territorialidades horizontais em aparentes hierarquias nos chamados “níveis de análise”, incontestavelmente a classificação essencial das opções explanatórias encorajadas por essa disciplina. No capítulo 7, tento ultrapassar a fronteira entre interno e externo para desenvolver uma interpretação das modernas teorias de democracia no contexto das Relações Internacionais. Entretanto, a própria tentativa de ir adiante apenas acentua uma conscientização dos limites da prática e do pensamento políticos modernos registrados pelas fronteiras do Estado e especialmente dos limites das comunidades particularistas, dentro das quais se tornou possível articular explicações especificamente modernas da universalidade.

Em todas as interpretações dos principais debates, das opções conceituais e das prescrições metodológicas, minha preocupação é questionar categorias aparentemente opostas ao mostrar como, ao mesmo tempo, elas são mutuamente constitutivas e, ainda assim, estão sempre em processo de fusão. As sutis e ordenadas linhas de demarcação – espaciais – entre interno e externo ou realismo e idealismo acabam sendo transitórias e traiçoeiras. Como previsto, finalizo com o outro ponto de origem convencional, o princípio da soberania estatal. Concordando com a avaliação de que é, de fato, necessário tomar esse princípio como a característica essencial da vida política moderna, busco mostrar como essa avaliação revela mais sobre a imaginação constitutiva da *moderna* vida política do que sobre as determinações e possibilidades dos mundos políticos nos quais vivemos agora.

Notas

1. [N.E.] Bachelard, Gaston. *A poética do espaço*. Trad. Antonio de Pádua Damesi. São Paulo: Martins Fontes, 2012, p.215.
2. Marx, Karl. *Manifesto comunista*, 1848.
3. A literatura relevante aqui é enorme, abrangendo a ligação entre geometria e asserções platônicas sobre verdade, beleza e bondade, os métodos categoricos da filosofia kantiana e as modalidades espaciotemporais das economias capitalistas. Minha própria interpretação desse tema é influenciada pela literatura sobre a relação entre extensão espacial e a articulação de subjetividades autônomas na teologia do final da Idade Média e na filosofia e na ciência do início da Modernidade. Nesse contexto, vemos especialmente textos clássicos como os de Cassirer, Ernst. *Individual and Cosmos in Renaissance Philosophy* (1927). Trad. M. Domandi. Nova York: Harper and Row, 1963; Duhem, Pierre. *Medieval Cosmology: Theories of Infinity, Place, Time, Void and the Plurality of Worlds*. Edição resumida de *Le système du monde*, 10 vols., 1913-1959. Trad. Roger Ariew (ed.). Chicago: University of Chicago Press, 1985; Husserl, Edmund. *The Crisis of European Sciences and Transcendental Phenomenology: An Introduction to Phenomenological Philosophy* (1954). Trad. David Carr. Evanston: Northwestern University Press, 1970; e Foucault, Michel. *As palavras e as coisas*. Martins Fontes, 2007.
4. A exploração mais fundamentada desse tema no contexto da política mundial contemporânea é o trabalho de Der Derian, James; ver “The (S)pace of International Relations: Simulation, Surveillance and Speed”. *International Studies Quarterly*, 34:3, set. 1990, 295-310; e *Anti-Diplomacy: Speed, Spies and Terror in International Relations*. Oxford: Basil Blackwell, 1992. Ficou muito claro em algumas das interpretações mais ponderadas da Guerra do Golfo e suas consequências; ver especialmente Gill, Stephen. Reflections on Global Order and Sotiohistorical Time. *Alternatives*, 16:3, verão 1991, 275-314; e Luke, Timothy W. The Discipline of Securities Studies and the Codes of Containment: Learning from Kuwait. *Alternatives*, 16:3, verão 1991, 315-44. Entre os vários textos gerais recentes que afirmam tanto o significado quanto a dificuldade de responder a esse tema em um contexto específico da teoria de RI, ver especialmente Roseman, James N. *Turbulence in World Politics: A Theory of Change and Continuity*. Princeton: Princeton University Press, 1990; e Czempiel, Ernst-Otto e Rosenau, J. N. (eds.). *Global Change and Theoretical Challenges*. Lexington Books, 1989.

Como sugiro mais adiante nesse capítulo, grande parte da literatura geral pertinente expressa uma ambivalência quanto a caracterizar melhor a Modernidade e suas expressões contemporâneas como um privilégio do espaço ou do tempo, uma ambivalência que interpreto como um efeito crucial da resolução moderna de todas as opções filosóficas, por meio de uma pretensão de um sujeito autônomo, capaz de preservar sua autoidentidade no tempo e no espaço (ver nota 2). Para discussões especialmente provocativas, ver Virílio, Paul. *Speed and Politics*. Nova York: Semiotext(e), 1987; Virílio, Paul. *War and Cinema: The Logistics of Perception*. Nova York: Verso, 1989; e Deleuze, Gilles. *Bergsonism*. Trad. Hugh Tomlinson e Barbara Habberjam. Nova York: Zone Books, 1988. Ver também Lowe, Donald M. *History of Bourgeois Perception*. Chicago: University of Chicago Press, 1982; Luke, Timothy W. *Screens of Power: Ideology, Domination and Resistance in International Society*. Urbana e Chicago: University of Illinois Press, 1989; Innis, Harold A. *The Bias of Communication*. Toronto: University of Toronto Press, 1951; McLuhan, Marshall. *The Gutenberg Galaxy*. Toronto: University of Toronto Press, 1962; Connor, Steven. *Postmodernist Culture: An Introduction to Theories of the Contemporary*. Oxford: Basil Blackwell, 1989; Jameson, Fredric. *Postmodernism, or The Cultural Logic of Late Capitalism*. Durham, NC: Duke University Press, 1991; Kellner, Douglas (ed.). *Postmodernism/Jameson/Critique*. Washington, DC: Maisonneuve Press, 1989; Harvey, David. *The Condition of Postmodernity*. Oxford: Basil Blackwell, 1989; Soja, Edward. *Postmodern Geographies: The Reassertion of Space in Critical Social Theory*. Londres: Verso, 1989; e Giddens, Anthony. *The Consequences of Modernity*. Cambridge: Polity Press, 1990.

Certamente, o problema da temporalidade tem sido tratado há muito tempo como um tema central do pensamento político ocidental. Em função do meu atual objetivo, é especialmente importante lembrar o grau empreendido pelo pensamento político do início da Modernidade para levar a sério o domínio temporal em relação às proposições do Paraíso. Na sombra da grande cisão de Agostinho, da desvalorização de uma vida terrena em relação às garantias transcendentais da eternidade, Maquiavel ou Hobbes podem ser interpretados – como faço nesse livro – como momentos em uma tentativa mais abrangente de construir uma visão positiva da existência humana no tempo. Sobre esse tema geral, ver, por exemplo, Gummel, John. *Political Philosophy and Time*. 2. ed. Chicago: Chicago University Press, 1987; e Wolin, Sheldon. *Politics and Vision*. Boston: Little Brown, 1960. Ver também Bender, John e Wellberg, David E. (eds.). *Chronotypes: The Construction of Time*. Stanford: Stanford University Press, 1991.

5. Neste livro, eu me refiro às RI como uma disciplina acadêmica específica anglo-americana desenvolvida como um empreendimento semi-autônomo a partir dos anos 1920 em diante, e especialmente desde 1945; para teorias de RI como uma literatura analítica e prescritiva produzida por essa disciplina; para relações entre Estados ou sistemas de Estados como a principal preocupação substantiva dessas teorias; e para a política mundial como um arranjo mais abrangente de processos – também, muitas vezes, o enfoque dessas teorias – que se prolongam além da territorialidade e competência de Estados particulares.

Todos esses termos são bastante problemáticos. Usos vagos do termo relações internacionais, por exemplo, reificam uma convergência específica entre Estado e nação; referências ao sistema dos Estados incentivam uma combinação de explicações do Estado como espaço territorial e como aparato governamental; referências ambivalentes às relações internacionais e à política internacional significam uma incerteza sobre o que acontece exatamente entre os Estados; de modo mais significativo, a política mundial parece tanto um sinônimo para as relações entre os Estados quanto um meio de se referir aos processos que escapam, em grande medida, de categorias analíticas predominantes. O significado do modo em que tais termos deixam de ser sinônimos inofensivos para serem indicadores de uma profunda controvérsia teórica deve se tornar mais claro conforme a análise procede.

O desenvolvimento das RI como uma disciplina é explorado por Thompson, Kenneth W. *The Study of International Relations: Trends and Developments. Review of Politics*, XIV, out. 1952, 433-67; Bull, Hedley. *The Theory of International Politics*, 1919-1969. In: Brian Porter (ed.). *International Politics 1919-1969: The Aberystwyth Papers*. Oxford: Oxford University Press, 1972, 30-55; Hoffman, Stanley. *An American Social Science: International Relations. Daedalus*, 106, verão 1977, 41-59; e Olson, William e Onuf, Nicholas. *The Growth of a Discipline*. Reviewed. In: Smith, Steve (ed.). *International Relations: British and American Perspectives*. Oxford: Basil Blackwell, 1985, 1-28.

As recentes tentativas de avaliar as realizações gerais do atual status da disciplina incluem Smith, Steve (ed.). *International Relations*; Holsti, K. J. *The Dying Discipline: Hegemonic and Diversity in International Theory*. Boston: Allen e Unwin, 1985; Alker Jr, Hayward R. e Biersteker, Thomas J. *The Dialectics of World Order: Notes for a Future Archeologist of International Savoir faire. International Studies Quarterly*, 28-2, jun. 1984, 121-42; Ferguson, Yale e Mansbach, Richard W. *The Elusive Quest: Theory and International Politics*. Columbia: University of South Carolina Press, 1988; Higgott, Richard (ed.). *New Di-*

rections in International Relations? Australian Perspectives, Canberra Studies in World Affairs, n. 23. Canberra: Australian National University Department of International Relations, 1988; Higgott, Richard e Richardson, L. J. (eds.). *International Relations: Global and Australian Perspectives on an Evolving Discipline*. Canberra: Departamento de Relações Internacionais, Australian National University, 1991; e Dyer, Hugh e Mangasarian, Leon (eds.). *The Study of International Relations: The State of the Art*. Londres: Macmillan, 1989.

Para controvérsias mais centradas no significado de reivindicações convergentes sobre a ciência social empírica, a teoria da escolha racional e o "neorealismo", por um lado, e sobre formas emergentes de "teoria crítica", por outro, ver especialmente Keohane, Robert O. (ed.). *Neorealism and Its Critics*. Nova York: Columbia University Press, 1986; Alker, Hayward e Ashley, Richard K. (eds.). *After Neo-Realism: The Institutions of Anarchy in World Politics*; e Ashley, Richard K. e Walker, R. B. J. (eds.). *Speaking the Language of Exile: Dissidence in International Studies*. Edição especial de *International Studies Quarterly*, 34:3, set. 1990. Essas controvérsias fornecem o contexto mais imediato no qual a presente análise foi estruturada.

6. Para uma introdução útil ao tema ver, por exemplo, Berman, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1982; Frisby, David. *Fragments of Modernity: Theories of Modernity in the Work of Simmel, Kracauer and Benjamin*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1986; e Kern, Stephen. *The Culture of Time and Space, 1880-1918*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1983.

7. Como minha principal preocupação é com a análise de controvérsias desenvolvidas na teoria de RI, dou pouca atenção a uma literatura importante que tem desafiado o modo como as teorias de RI têm se desenvolvido, com base em uma amnésia sistemática sobre a organização internacional e global da vida econômica. E como estou preocupado em problematizar o princípio da soberania estatal, também ignoro, em grande parte, a literatura que desafia a ausência da análise do Estado como um fenômeno histórico complexo, uma ausência que tem permitido tanta especulação sem fundamento sobre o comportamento de caixas pretas, interesses nacionais, atores racionais e assim por diante. Concordo com grande parte da crítica proveniente dessa literatura enquanto permaneço preocupado com o grau em que essa crítica continua presa a suposições modernistas sobre o caráter e a localização da prática política ou influenciada por suposições reducionistas sobre as relativas autonomias da

economia, da política, da sociedade e da cultura. Muitos dos comentários mais úteis sobre literaturas que negligenciei aqui têm sido influenciados pela explicação contrarreducionista da hegemonia associada a Antonio Gramsci. Ver especialmente Cox, Robert W. *Production, Power and World Order: Social Forces in the Making of History*. Nova York: Columbia University Press, 1987; Gill, Stephen e Law, David. *The Global Political Economy*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1988; Gill, *American Hegemony and the Trilateral Commission*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990; Murphy, Craig e Toozee, Roger (eds.). *The New International Political Economy*. Boulder: Lynne Rienner, 1991; e Angelli, Enrico e Murphy, Craig. *America's Quest for Supremacy and the Third World: A Gramscian Analysis*. Londres: Francis Pinter, 1988.

A principal conexão entre essa literatura e a atual análise é uma preocupação comum com práticas de reificação, embora eu enfoque mais explicitamente alguns aspectos da discursiva economia do Estado moderno. Em consequência, também adoto uma interpretação mais abrangente do significado da economia, o que não é comum entre os economistas, embora seja uma interpretação bastante familiar na análise do discurso político. Ver, por exemplo, Gouz, Jean-Joseph. *Symbolic Economies: After Marx and Freud*. Trad. Jennifer Curtis Gage. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1990; Kittler, Friedrich A. *Discourse Networks, 1800/1900*. Trad. Michael Metteer. Stanford: Stanford University Press, 1990; Shapiro, Michael. *Sovereignty and Exchange in the Orders of Modernity: Alternatives*, 16:4, outono 1991, 447-77; e Shapiro, *Reading and Postmodern Polity: Political Theory as Textual Practice*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992.

8. Hawthorn, Geoffrey. *Enlightenment and Despair: A History of Social Theory*, 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. Ver também Bauman, Zygmunt. *Modernidade e holocausto*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

9. De acordo com atuais convenções, trato a pós-Modernidade como um termo extenso que abarca uma complexa condição histórica/cultural, e o pós-estruturalismo como uma referência a uma resposta mais específica a dilemas filosóficos que se tornaram urgentes sob as condições pós-modernas. Contudo, até mesmo essa distinção encoraja uma atribuição prematura da coerência de ambos os termos. Prefiro usá-los de forma livre para me referir a formas complexas e contraditórias da prática cultural contemporânea e a literaturas que buscam repensar as possibilidades de *Ser/agir/conhecer* em resposta a críticas fundamentais – de Nietzsche e Heidegger – de explicações modernas das relações de universalida-

de/diversidade e espaço/tempo. Explicações – e críticas – da pós-Modernidade que enfatizam simplesmente uma nova celebração da diversidade e a suposta liberação de epistemologias do fundacionalismo que não compreenderam o significado de suspeitas pós-estruturalistas da prévia estruturação das relações de identidade/diferença e espaço/tempo que permitem que tais explicações e críticas se transformem em uma resposta trivial do subjetivismo romântico.

Para uma discussão breve e útil dos múltiplos significados expressos por esses termos, ver Hudson, Wayne. *Postmodernity and Contemporary Social Thought*. In: Peter Lassman (ed.). *Politics and Social Theory*. Londres: Routledge, 1989, 138-60. Das inumeráveis tentativas contemporâneas de entender a Modernidade como uma categoria crítica de análise, recorri especialmente às diversas perspectivas examinadas em Calinescu, Matei. *Five Faces of Modernity*. Durham, NC: Duke University Press, 1987; Connolly, William E. *Political Theory and Modernity*. Oxford: Basil Blackwell, 1988; Kolb, David. *The Critique of Pure Modernity: Hegel, Heidegger, and After*. Chicago: University of Chicago Press, 1986; Smart, Barry. *Modern Conditions, Postmodern Controversies*. Londres: Routledge, 1992; e Bauman, Zygmunt. *Intimations of Postmodernity*. Londres: Routledge, 1992.

10. Ver especialmente o trabalho reunido por Der Derian, James e Shapiro, Michael J. (eds.). *International/Intertextual Relations: Postmodern Readings of World Politics*. Lexington Books, 1989; e Ashley e Walker (eds.). *Speaking the Language of Exile*.

11. Ver Ashley, Richard K. e Walker, R. B. J. *Reading Dissidence/Writing the Discipline: Crisis and the Question of Sovereignty in International Studies*. In: Ashley e Walker (eds.). *Speaking the Language of Exile*, 367-416.

12. Além disso, é uma ideia desenvolvida em direções bem diversas por Michel Foucault, Jacques Derrida e agora a vasta litania de nomes associados à crítica pós-modernista. Essa litania deve ser o suficiente para evitar expectativas de uma única abordagem pós-estruturalista às relações internacionais/política mundial. Com relação à literatura mais geral, as diferenças entre abordagens pós-estruturalistas nesse contexto são sempre mais impressionantes do que as convergências. Compare, por exemplo, Ashley, Richard K. *Statecraft as Man-craft*, mimeo; Connolly, William. *Identity/Difference: Democratic Negotiation of Political Paradox*. Ithaca: Cornell University Press, 1991; Shapiro, Michael. *The Politics of Representation*. Madison: University of Wisconsin Press, 1988; Campbell, David. *Writing Security: United States Foreign Policy and the Politics*

of Identity. Manchester: Manchester University Press, 1992; e Dillon, D. M. *Security and Modernity*. Sobre a heterogeneidade de fontes influentes em tal literatura, ver George, Jim e Campbell, David. *Patterns of Dissent and the Celebration of Difference: Critical Social Theory and International Relations*. In: Ashley e Walker (eds.). *Speaking the Language of Exile*, 269-93.

Tentativas de caracterizar algumas ideias centrais do pensamento pós-moderno e pós-estrutural estão notoriamente repletas de contradições, como a conhecida narrativa de grande efeito de Lyotard sobre o fim de "narrativas mestras"; ver Lyotard, Jean-François. *The Postmodern Condition: A Report on Knowledge*. Trad. Geoff Bennington e Brian Massumi. Mineápolis: University of Minnesota Press, 1984. De forma relacionada, Jameson argumenta que é "garantido entender o conceito de pós-moderno como uma tentativa de pensar o presente historicamente em uma era que esqueceu, antes de mais nada, como pensar de forma histórica" (Jameson, Fredric. *Postmodernism*, ix.). Em cada caso, as alegações abrangentes apresentam graves dificuldades, embora acredite que o caráter contraditório de tais diagnósticos expressam uma séria problemática filosófica, cultural e política em vez de um simples fracasso da lógica. No caso de Lyotard, é uma problemática que pode ser ligada à dissolução das concepções modernas de transparência da linguagem, enquanto no caso de Jameson ela pode ser associada à dificuldade de analisar o capitalismo tardio. Embora ambos os métodos de pesquisa sejam cruciais para a análise da política mundial contemporânea, eles não entram no escopo da atual pesquisa.

Ao contrário de tais estratégias abrangentes, prefiro tratar a transição pós-moderna e a literatura do pós-estruturalismo como revelando uma série de possibilidades críticas, muitas em contradição umas com as outras, em vez de nomes para mais uma solução sublime para todos os desafios políticos e filosóficos. Para discussões úteis das dificuldades de orientações precisas nesse campo, ver Spivak, *The Post-Colonial Critic*; Connolly, William. *Politics and Ambiguity*. Madison: University of Wisconsin Press, 1987; e Bauman, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Zahar: Rio de Janeiro, 1999.

13. Ver por exemplo, Dunn, John. *Western Political Theory in the Face of the Future*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979; Dunn, *Rethinking Modern Political Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985; Dunn, *Interpreting Political Responsibility*. Cambridge: Polity, 1990; Connolly, *Political Theory and Modernity*; Held, David. *Political Theory and the Modern State*. Cambridge: Polity, 1989; Held (ed.), *Political Theory Today*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991; Elishain, Jean. *Public Man, Private Woman*.

Princeton: Princeton University Press, 1981; e Brown, Wendy. *Manhood and Politics: A Feminist Reading in Political Theory*. Totowa, NJ: Rowman e Littlefield, 1988.

14. Uma das características mais intrigantes das respostas críticas a formas de pesquisa que partem de premissas pós-modernas e pós-estruturalistas tem sido uma indulgência indiscriminada na acusação de relativismo, indulgência baseada na suposição de que aqueles que fazem a acusação se encontram no mais sólido terreno epistemológico. Na verdade, esse terreno é notoriamente pantanoso, citando a metáfora de Karl Popper, e a grande quantidade de entulho direcionada a ele, seja em nome da ciência, do empirismo, do racionalismo, de Kant ou de Hegel é certamente delicada. Pelo menos isso parece claro a partir das intensas controvérsias que debilitaram pretensões das filosofias empirista e positivista da ciência física nos anos 1960 e 1970. Até mesmo as curiosas combinações do convencionalismo e da sociologia do conhecimento compartilhadas por Popper, T. S. Kuhn e Imre Lakatos, estão distantes das presunções certas ainda não reivindicadas em nome do método científico.

Tais acusações de relativismo tendem a desejar que dois grandes problemas, que dominam as discussões contemporâneas sobre a possibilidade de conhecimento objetivo, desapareçam, mas que são preocupantes para essa análise. Um deles, especialmente característico dos debates sobre epistemologia científica, tem envolvido a dificuldade de separar as reivindicações de objetividade daquelas de subjetividade em função do reconhecimento do papel constitutivo do sujeito conhecedor ao construir o objeto a ser conhecido. O enorme peso sociológico e cultural do empirismo ingênuo não suprimiu completamente a memória de Hume e Kant nesse aspecto, embora o predomínio de apelos simplórios ao senso comum e à dura realidade em meio aos estudantes de RI seja certamente problemático. O outro envolve sérios problemas até mesmo para críticas neokantianas do empirismo ingênuo, bem como a crítica de condições ontológicas sob as quais a epistemologia passou a ser interpretada como um encontro entre sujeito e objeto, antes de mais nada.

Essa última crítica, em especial, é um dos temas cruciais explorados por pensadores pós-modernos e pós-estruturalistas. A partir desse ponto de vista, grande parte da preocupação sobre o relativismo confirma simplesmente os limites das ontologias historicamente específicas que fizeram do relativismo uma postura caracteristicamente moderna. Embora continue incerto como poderiam ser reconstruídas as ontologias dualísticas que influenciaram nosso entendimento do conhecimento desde a era de Galileu e Descartes, o caráter

dúbio dessas ontologias tem sido suficientemente afirmado, por quase todos os movimentos filosóficos influentes do século XX. Em consequência, considero a prontidão com que grande parte da ciência social está disposta a proclamar padrões de métodos empíricos e de ação racional, apesar da fragilidade amplamente admitida de alegações sobre racionalismo e empirismo, como bem mais preocupante do que as celebrações pós-modernas e pós-estruturalistas da incerteza.

Ao contrário daqueles que insistem que os estudos acadêmicos críticos, a conduta ética ou a prática política progressiva requerem um compromisso prévio com a razão universal (ou às aspirações informais de um Jürgen Habermas, ou pelo menos ao *American way of life*), trabalho a partir da suposição de que um certo ceticismo sobre ícones da epistemologia moderna é condição necessária para os estudos acadêmicos críticos, para a conduta ética e para a prática política progressiva. Nesse aspecto, a tentativa de Foucault de articular uma crítica por meio de uma interrogação genealógica capta uma atitude que tem influenciado a concepção da possibilidade crítica assumida aqui:

Não sei se conseguiremos algum dia alcançar um nível de maturidade. Muito em nossa experiência nos convence de que os eventos históricos do Iluminismo não nos tornaram adultos maduros, ainda não atingimos esse estágio. Contudo, parece que um significado pode ser atribuído à interrogação crítica sobre o presente e sobre nós mesmos que Kant formulou ao refletir sobre o Iluminismo. Parece que a reflexão de Kant é um meio de filosofar com importância ou efetividade durante os últimos dois séculos. A ontologia crítica de nós mesmos tem que ser considerada não, certamente, como uma teoria, uma doutrina, nem mesmo um acervo permanente de conhecimento que se acumula; ela tem que ser concebida como uma atitude, um *ethos*, uma vida filosófica na qual a crítica do que somos é ao mesmo tempo a análise histórica dos limites impostos a nós e um experimento com a possibilidade de ir além deles. Foucault, Michel. *What is Enlightenment?* In: Rabinow, Paul (ed.). *The Foucault Reader*. Nova York: Pantheon, 1984, 32-50.

15. Para uma declaração concisa que sintetize uma enorme e significativa literatura a respeito, ver Camilleri, Joseph A. *Rethinking in a Shrinking, Fragmented World*. In: Walker, R. B. J. e Mendlovitz, Saul H. (eds.). *Containing Sovereignities: Rethinking Political Community*. Boulder: Lynne Rienner, 1990, 13-44.

16. Hoffmann, "An American Social Science?"; Cox, Robert W. *Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. Millennium: Journal of International Studies*, 10:2, 1981, 126-55; Jones, Roy. *The English*

School of International Relations of International Relations: A Case for Closure. *Review of International Studies*, 7:1, 1981, 1-13; Smith (ed.), *International Relations: British and American Perspectives*; e Dryer e Mangasarian (eds.), *The Study of International Relations*.

17. Sobre a distinção positivista entre pesquisa empírica e normativa, caráter etnocêntrico da análise de comparação e de desenvolvimento, e necessidade de uma abordagem de percepção histórica mais sensível da relação entre política estadista e interestatal, ver, por exemplo, Ricci, David. *The Tragedy of Political Science: Politics, Scholarship and Democracy*. New Haven: Yale University Press, 1984; Gannell, John. *Between Philosophy and Politics*. Amherst, MA: University of Massachusetts Press, 1986; Scocpol, Theda. *States and Social Revolutions*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979; Mann, Michael. *The Sources of Social Power*, 3 vols. Cambridge: Cambridge University Press, 1986; e Almond, Gabriel. Review Article: The International-National Connection. *British Journal of Political Science*, 19:2, abr. 1989, 237-59.

18. É curioso como poucos dos já escassos estudos sobre a emergência da formulação de teoria sobre o moderno sistema de Estados dão atenção às profundas implicações dessa transição das hierarquias medievais para as autonomias modernas. Para muitos analistas, certamente, o próprio fato da fragmentação estadista é suficiente, assim como o fato de uma nova concepção da subjetividade individual tem sido suficiente para justificar a construção das explicações universais do "homem racional" dentro da teoria política liberal. A diversidade de histórica de formas estatais, como o caráter constituído historicamente das alegações sobre individualidade, é, portanto, facilmente suprimido a favor de abstrações a-históricas.

Algumas das mais conhecidas explicações sobre os pretensos clássicos da teoria de RI ignoram simplesmente essa transição, preferindo em vez disso inserir todo mundo em esquemas analíticos (ou noções ideológicas) sobre "o homem, o Estado e o sistema internacional" ou grandiosas batalhas metafísicas entre realistas e idealistas, ou otimistas e pessimistas. Ver, por exemplo, Carr, E. H. *Vinte anos de crise, 1919-1939*. Brasília: UNB, 2001; Herz, John. *Political Realism and Political Idealism*. Chicago: University of Chicago Press, 1951; Howard, Michael. *War and the Liberal Conscience*. Oxford: Oxford University Press, 1978; Morgenthau, Hans J. *Politics Among Nations*. Nova York: Knopf, 1948; Waltz, Kenneth N. *Man, the State and War*. Nova York: Columbia University Press, 1959; Beitz, Charles R. *Political Theory and International Rela-*

tions. Princeton: Princeton University Press, 1979; e Clark, Ian. *The Hierarchy of States: Reform and Resistance in the International Order*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989. Outros, embora mais úteis em geral, estão muito preocupados com a emergência de proposições sobre uma sociedade internacional a partir do século XVIII em diante. Ver, por exemplo, Hinsley, F. H. *Power and the Pursuit of Peace*. Cambridge: Cambridge University Press, 1967; e Gallie, W. B. *Philosophers of Peace and War*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978. Também são realizados importantes estudos detalhados sobre, por exemplo, as continuidades e descon continuidades na tradição da lei natural ou na emergência da diplomacia moderna, mas cuja influência tem sido bem limitada, em especial nos Estados Unidos. Ver, por exemplo, Midgley, E. B. F. *The Natural Law Tradition and the Theory of International Relations*. Londres: Elek Books, 1975; Mattingly, Garrett. *Renaissance Diplomacy*. Londres: Jonathan Cape, 1955; e Wight, Martin. *Systems of States*. Hedley Bull (ed.). Leicester: Leicester University Press, 1977. Grande parte da literatura sobre ética e sobre as relações internacionais alude às implicações dessa transição, mas se preocupa em geral por instituir uma explicação plausível da ética universalista devido ao empreendimento das autonomias modernas – e fragmentações universalistas –, ou simplesmente em estabelecer a importância dos estudos acadêmicos históricos, normativos ou críticos diante de dogmas positivistas e realistas. Todos esses temas serão tratados nos capítulos subsequentes.

Diante desse cenário, dois estudos recentes se sobressaem como explorações importantes e inovadoras. Em um deles, Andrew Linklater enfocou em explícito a tensão do início da Modernidade entre alegações a uma concepção universalista da humanidade e alegações à cidadania dentro de Estados particulares. Linklater busca resolver essa tensão por meio do apelo a uma concepção universal da história com grande inspiração em Kant, Hegel e Marx, a qual prefiro manter sob considerável suspeita, mesmo que seja talvez difícil evitá-la inteiramente. Ver Linklater, *Men and Citizens in the Theory of International Relations*. Londres: Macmillan, 1982; *Beyond Realism and Marxism: Critical Theory and International Relations*. Londres: Macmillan, 1989; e, em especial, "The Problem of Community in International Relations?", *Alternatives* 15:2, primavera 1990, 135-53. No outro estudo, James Der Derian desenvolve uma interpretação genealógica de práticas diplomáticas como a mediação da alienação. Ver Der Derian, *On Diplomacy: A Genealogy of Western Estrangement*. Oxford: Basil Blackwell, 1987. Embora minha formulação do problema a ser abordado seja parecida com a de Linklater, meu argumento em geral é mais

favorável à ênfase de Der Derian na medida em que as teorias modernas de RI expressam e dependem da reificação do outro como Outro e, portanto, da concepção dele do caráter problemático das aspirações universalistas estruturadas dentro de comunidades particularistas. Para uma coleção de ensaios recentes que exploram dimensões distintas do terreno interveniente, ver Walker e Mendlovitz (eds.), *Contending Sovereignities*.

19. Apesar da influência de concepções com inclinação positivista do método de pesquisa em RI, ocorrem poucas discussões fundamentadas – ao contrário de breves invocações – sobre a pesquisa científica nessa disciplina. As exceções notáveis que alertam com antecipação caricaturas positivistas estão nos trabalhos de Reynolds, Charles. *Theory and Explanation in International Politics*. Londres: Martin Robertson, 1973; Hollis, Martin e Smith, Steve. *Explaining and Understanding International Relations*. Oxford: Clarendon Press, 1990; e Kratochwil, Friedrich. Regimes, Interpretation and the "Science" of Politics: A Reappraisal. *Millennium: Journal of International Studies*, 17:2, verão 1988, 263-84. Para um estudo mais amplo das implicações de controvérsias recentes sobre ciência e epistemologia para teorias de RI, ver George e Campbell, "Patterns of Dissent and the Celebration of Difference: Critical Social Theory and International Relations".

20. Ver especialmente Doyle, Michael. Kant, Liberal Legacies and Foreign Affairs. Partes 1 e 2. *Philosophy and Public Affairs*, 12:3, verão 1983, 205-35 e 12:4, outono 1983, 323-53.

21. Linklater, *Beyond Realism and Marxism*; Cox, "Social Forces, States and World Orders"; Hoffman, Mark. *Critical Theory and the Inter-Paradigm Debate*. In: Dyer e Mangasarian (eds.), *The Study of International Relations*, 60-86; Maclean, John. Political Theory, International Theory and Problems of Ideology. *Millennium: Journal of International Studies*, 10:2, verão 1981, 102-25; e Maclean. Marxism and International Relations: A Strange Case of Mutual Neglect. *Journal of International Studies*, 17:2, verão 1988, 295-319.

Tentativas anteriores de desenvolver uma teoria explicitamente crítica de RI têm desaparecido sem deixar vestígios. Ver, por exemplo, a perspectiva fenomenológica examinada em Reid, Herbert G. e Yanarella, Ernest J. Towards a Critical Theory of Peace Research in the United States: the Search for an "Intelligible Core". *Journal of Peace Research*, 13:4, 1976, 315-41.

22. Jürgen Habermas, *The Philosophical Discourse of Modernity*, trad. Frederick Lawrence. Cambridge, MA: MIT Press, 1987.

23. Blumenberg, Hans. *The Legitimacy of the Modern Age*. Cambridge, MA: MIT Press, 1983.

24. Taylor, Charles. *Sources of the Self: The Making of the Modern Identity*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1989.

25. Nesse aspecto, grande parte de minha explicação sobre as teorias modernas de RI tem sido influenciada por uma tentativa de entender as estratégias contemporâneas de movimentos sociais em relação às práticas de poder organizadas em nível global; ver Walker. *One World, Many Worlds*. Boulder: Lynne Rienner, 1988; e Magnusson, Warren e Walker, R. B. J. Decentering the State: Political Theory and Canadian Political Economy. *Studies in Political Economy*, 27, verão 1988, 37-71.

26. Ver o importante estudo crítico de Suganami, Hidemi. *The Domestic Analogy and World Order Proposals*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

27. Dunn, John. *Western Political Theory in the Face of the Future*, 78-9.

28. De fato, ressaltaria que tal correspondência tende a uma interpretação muito limitada das implicações da obra de Foucault, embora esta seja suficiente e útil para meus limitados propósitos aqui. Para uma discussão geral de Weber e Foucault, ver Gordon, Colin. *The Soul of The Citizen: Max Weber and Michael Foucault on Rationality and Government*. In: Whimster, Sam e Lash, Scott (eds.), *Max Weber, Rationality and Modernity*. Londres: Allen e Unwin, 1987, 293-316.

CAPÍTULO 6

O Estado territorial e o tema de Gulliver

Estados e espaços

Apesar de o Estado ter ocupado durante muito tempo a categoria central de quase todas as teorias de RI, as especificações do seu caráter e suas práticas permanecem especialmente problemáticas nesse contexto. As piores caricaturas do Estado são familiares de imediato aqui: a bola de bilhar ou a caixa preta operando dentro de sistemas mecânicos deterministas; a profetização de categorias da teoria de tomada de decisão; a identificação da política somente com instituições mais ou menos formais de governo ou a mistura sem critério de categorias do Estado e da nação. Em outros extremos, algumas análises bem detalhadas de processos de formulação da política externa de determinados países dissolvem o Estado na particularidade e especificidade de instituições, personalidades e eventos. Até mesmo à parte desses extremos, seria difícil argumentar que as teorias de RI possuem uma explicação adequada da natureza do Estado ou da diversidade de formações estatais, ou até que se interessam por questões sobre a relativa autonomia dos Estados com relação à sociedade civil ou a determinações econômicas. Afinal, esse tipo de reflexão deveria partir daqueles preocupados com a vida nacional em vez de com as relações internacionais.¹

Essa divisão do trabalho entre a teoria política e as teorias de RI teve importantes consequências para as teorias do Estado, principalmente pela redução de complexas estruturas históricas a pouco mais do que um ponto de transição entre atividades internas e externas: entre defesa e política externa concebida como os limites da política doméstica interna e meras relações nas quais os Estados se envolvem no âmbito externo. Apesar de todas as tentativas de superar as lacunas institucionalizadas entre análises de

política externa ou política comparativa, por um lado, e a análise de sociedades particulares, por outro, o Estado ainda parece diferente quando visto interna ou externamente. Uma consequência dessa divisão do trabalho tem um significado particular para minha análise por encorajar explicações do Estado dentro de específicas categorias espaciais, que são, em princípio, incapazes de apoiar uma análise plausível da transformação histórica em qualquer contexto.

A maioria das explicações do Estado toma como exemplo a clássica definição de Weber de uma comunidade humana que reivindica com sucesso o monopólio do uso legítimo da força física dentro de um determinado território.² Essa definição permite e até encoraja uma ênfase dupla: ou sobre o exercício do poder ou sobre o território no qual o poder é exercido. A maioria das explicações do Estado enfatiza ambos os aspectos até certo ponto, e ambos estão implicados em conceitos como soberania e propriedade, por sua vez, extremamente ligados ao conceito do Estado. Todavia, existe um contraste claro entre o enfoque sobre a territorialidade dos Estados na análise das relações internacionais e as tradições mais socioeconômicas dominantes nas discussões de práticas internas dos Estados e sua relação com a sociedade civil. No contexto internacional, o Estado passou a ser visto quase de forma geográfica ou espacial. Na forma extrema, ele foi subordinado a determinismos mais básicos da geopolítica. Em contraposição, as especulações sobre o Estado no contexto da sociedade civil tomam o espaço territorial indiferenciado como uma realidade admitida e inquestionável, a menos que pressões incommuns da diversidade regional sejam fortes o suficiente para assegurar uma perspectiva geográfica específica sobre as instituições federais ou conflitos culturais.

A distinção entre ênfases espaciais e temporais entre as teorias do Estado é extremamente direta, mas ao mesmo tempo, complexa. Ela chama atenção para o caráter construído politicamente e contestado filosoficamente dos argumentos sobre o espaço e o tempo. Sem tentar me envolver com a complexidade integral desses argumentos aqui, quero ressaltar a contínua importância de metáforas espaciais específicas historicamente na conceitualização do Estado e a incongruência entre tais metáforas e proposições persistentes sobre a velocidade e as acelerações da política mundial contemporânea.

Mais em específico, proponho que a familiar afirmação realista de que o Estado permanecerá de forma obstinada como o único ator central no cenário mundial e a contra-affirmação, em geral atribuída ao idealismo político ou utopismo, de que o Estado se tornará obsoleto, compartilham o mesmo simbolismo visual enraizado especialmente nas tradições ontológicas dos séculos XVII e XVIII. "Obstinado ou obsoleto" é uma expressão popularizada por Stanley Hoffmann em uma influente análise da literatura sobre o Estado na teoria de RI na década de 1960.³ De forma relacionada, John Herz iniciou um debate considerável ao fazer e logo retirar previsões sobre a futura morte do Estado territorial diante de eficazes inovações na tecnologia militar.⁴ Muitos, se não a maioria dos teóricos contemporâneos de RI, repudiariam certamente tais formulações. Há uma hesitação em sugerir que os Estados estão prestes a definir em um futuro próximo, mas, também, uma disposição a relativizar as alegações de que os Estados são o único fato relevante da vida na política mundial contemporânea. Entretanto, é difícil se desvencilhar da oscilação entre a presença contínua e a iminente ausência dos Estados. Dificuldade não por causa da falta de evidência empírica sobre o caráter complexo e multidimensional das transformações históricas contemporâneas, mas porque uma metafísica específica de presença e ausência está completamente arraigada nas suposições espaciais que influenciavam as explicações modernas da vida dentro e fora do Estado soberano. Até as teorias do Estado que tomam como exemplo teorias da História são claramente compelidas pela imagem do Estado como o receptáculo espacial tão familiar aos teóricos de RI. De fato, as afirmações do princípio da soberania estatal que expressa uma descrição do caráter e da localização da comunidade política em termos explicitamente espaciais estabeleceram as condições que permitiram as explicações da possibilidade histórica dentro dos Estados.

A vida política ocorre no espaço. Argumento que tanto esclarece como obscurece. Pois as ideias do espaço, como as do tempo, expressam muitos dos maiores mistérios da existência humana.

São muitos os conceitos do espaço. Eles abrangem desde os valores absolutos de Euclides, Newton e Kant às relatividades de Leibniz, Einstein e Lao Tzu, ou desde a territorialidade, derivada de noções do espaço pessoal, até o complexo sistema de crenças intelectuais abstratas da física contem-

portânea. Algumas concepções de espaço são examinadas em um amplo nível cultural, outras são tidas como mais subjetivas, diferindo de indivíduo para indivíduo. Além disso, o conceito de espaço pode ser abordado de várias e distintas formas. Geógrafos, matemáticos, artistas, arquitetos, filósofos, cosmólogos e místicos abordam a questão de perspectivas diversas.

Os problemas envolvidos em disputas sobre o *status* ontológico do espaço são especialmente difíceis. Podemos questionar se existe ou é mera ilusão, se é finito ou infinito ou se tem dimensão dupla ou tripla. Podemos investigar sua relação com conceitos de tempo e matéria, sua relação intrínseca com perspectivas epistemológicas desenvolvidas durante a história da filosofia, na relação entre construções multidimensionais abstratas da mente humana e o contexto espacial da existência diária, ou na natureza e importância dos paradoxos que emergem, qualquer que seja a posição individual sobre praticamente todo problema relacionado ao conceito de espaço.

Tais problemas não são da alçada apenas de filósofos e cosmólogos. Da fenomenologia da percepção⁵ e da imaginação poética⁶ à análise geográfica e sociológica das práticas e estruturas sociais,⁷ fica claro que a análise de conceitos do espaço não pode ficar limitada dentro de procedimentos disciplinares consagrados. Além disso, como Henri Lefebvre argumentou, “elementos históricos e naturais moldaram o espaço, mas esse tem sido um processo político. O espaço é político e ideológico. É um produto literalmente preenchido por ideologias”⁸

O exato desenvolvimento histórico das concepções mais influentes do espaço é uma história longa e complexa, que atinge o cerne da interação da ciência e da filosofia do século XVI ao XVIII.⁹ Um tema essencial é a reemergência de elementos neopitagóricos do platonismo, e o consequente estímulo a uma formalização matemática do espaço. Por exemplo, Galileu afirmou com frequência que seu trabalho foi escrito na língua da matemática, conhecimento sem o qual se “perambula em vão em meio a um labirinto escuro”. Além disso, em Galileu, podemos encontrar uma articulação particularmente clara da conexão entre a formalização do espaço e a do dialético sujeito-objeto, tão crucial à constituição do discurso filosófico moderno. A problemática lacuna entre o finito e o infinito que tanto preocupou teólogos medievais se transformou finalmente em uma linha reta entre in-

divíduos autônomos e o mundo externo.¹⁰ Principalmente a epistemologia moderna, esse quebra-cabeças sobre como o conhecedor autônomo é capaz de conhecer o conhecido, tem sido construída com base na ontologia da separação espacial.¹¹ O próprio Galileu distinguiu as “qualidades primárias e secundárias”, as qualidades absolutas, objetivas, imutáveis e matemáticas e as relativas e subjetivas. No entanto, seja nas categorias de Galileu, Descartes ou Kant, a filosofia moderna foi definida desde então como uma sequência de tentativas de convivência ou superação da metafísica da distância, uma dialética do aqui e do lá, a delimitação da presença e da ausência nas grandiosas medidas da eterna geometria.

A ontologia dualística influencia a distinção básica de Newton entre o espaço verdadeiro e o aparente, entre o espaço absoluto homogêneo e o da experiência ordinária tratada como meramente aparente e relativo. Para Newton, o verdadeiro espaço era absoluto, “sempre similar e imóvel”. Era a expressão final do vazio dos antigos atomistas, sendo refinado ao longo dos séculos XVI e XVII por Giordano Bruno, Tomasso Campanella, Pierre Gassendi e Henry More. Além disso, como um meio homogêneo, ele era descrito em termos de axiomas e teoremas de Euclides, pois as suposições básicas do espaço absoluto newtoniano e os postulados da geometria euclidiana têm extensão igual. O primeiro postulado, que requer a possibilidade de traçar uma linha reta entre dois pontos, assume a homogeneidade do espaço. O segundo postulado, por meio do qual é sempre possível traçar uma linha reta finita, assume a infinitude do espaço. O terceiro remove qualquer restrição ao tamanho que um círculo assume tanto na continuidade quanto na infinidade do espaço. O quarto postulado sobre a igualdade de todos os ângulos é uma consequência direta do princípio da invariabilidade de figuras. O quinto admite a possibilidade de construir figuras similares em qualquer escala de magnitude. Em consequência, e esse é o ponto que quero enfatizar, todos os postulados clássicos de Euclides “expressam vários aspectos e consequências de uma característica fundamental – a homogeneidade do espaço”.¹²

A construção espacial associada a Euclides e a Newton teve um papel decisivo ao determinar as formas culturais da civilização europeia. Isso talvez fique bem nítido no sistema de perspectiva de um ponto da pintura ita-

liana do final do século XV e início do XVI: o começo da mecanização da expressão estética, mais tarde criticada por William Blake como “a visão única e o sono de Newton”. Não fica menos aparente na revolução cartográfica que acompanhou os interesses comerciais em expansão da Europa em torno da redescoberta esférica da terra: de fato, a projeção de Gerhard Mercator do século XVI ainda fornece uma imagem popular do mundo em termos do espaço matemático da geometria euclidiana.¹³ É precisamente nesse contexto intelectual-histórico que podemos ver a emergência na Europa pós-Renascimento da ligação entre ideias da soberania estatal e uma sensação de espaço inviolável e delimitado com exatidão. Esse contexto é muitas vezes ressaltado por geógrafos, em particular aqueles com tendências a comparações entre grupos culturais. Por exemplo, Edward Soja escreveu certa vez sobre a propensão ocidental do espaço político rigidamente compartimentado e também o ligou ao tratamento de pedaços de território como bens em um mercado, uma ligação que encontra expressão textual paradigmática na legitimação de John Locke da propriedade privada com base em uma teoria do valor do trabalho.¹⁴ Como Soja descreve, o mapa político ocidental convencional é bastante linear, incrivelmente preciso (pelo menos em aparência), dividido em partes distintas e contínuo no sentido de que, com apenas algumas exceções (geralmente envolvendo áreas despovoadas), está completamente “preenchido”. Além disso, os compartimentos separados são percebidos como imbuídos por uma noção de integridade independente e homogeneidade interna. O mundo se torna, na popular imagem ocidental, um rígido mosaico lembrando não só padrões de propriedade locais, mas células bem defendidas e claramente demarcadas, identificadas em alguns estudos de territorialidade animal.¹⁵

De modo similar, é muito impressionante que Ernest Gellner, cujas explicações do nacionalismo enfocam quase inteiramente raízes sociais em vez de territoriais ou culturais, tenha sido mesmo assim atraído por metáforas espaciais tiradas de diferentes estilos de pintura moderna. A era anterior à ascensão do nacionalismo é comparada aos trabalhos de Oskar Kokoschka:

A profusão de diversos pontos coloridos é tal que nenhum padrão claro pode ser discernido em detalhes, embora o quadro como um todo tenha um padrão. Uma grande diversidade, pluralidade e complexidade caracterizam partes distintas do todo: os grupos sociais, que são os átomos que compõem o

quadro, têm relações complexas, ambíguas e múltiplas com muitas culturas, algumas por meio do discurso, outras por suas religiões dominantes, outras ainda por uma variante da fé ou conjunto de práticas, mais outra por meio da lealdade administrativa e assim por diante.

Em contraposição, o mapa político do mundo moderno lembra o trabalho de Amedeo Modigliani:

Há pouca sombra, superfícies planas ficam claramente separadas umas das outras, em geral fica bem claro onde uma delas começa e a outra termina, e há pouca ambiguidade ou sobreposição, se é que realmente há.¹⁶

Espaços e hierarquias

Observações sobre conceitos de espaço ou de tempo não fazem parte da análise contemporânea da política mundial. Elas são necessariamente muito gerais e vagas, revelando pouco sobre a mobilização de poder, expressões de autointeresse ou a materialidade dos Estados e do sistema de Estados. De modo oposto, contudo, o fato de conceitos de espaço e tempo não fazerem parte das preocupações da maioria dos teóricos de RI pode ser um indicio dos tipos de hipóteses tomadas facilmente como certas e inquestionáveis, de alegações ontológicas silenciosas que permitem uma proclamação confiante de epistemologias e metodologias em nome da ciência empírica e de estudos acadêmicos confiáveis. Entretanto, como construções sociais e históricas, os conceitos de espaço e de tempo não podem ser tratados como um ruído de fundo uniforme, como condições ontológicas abstratas a serem admitidas e, em seguida, ignoradas. Kant pode ter tratado os postulados espaço-temporais da mecânica newtoniana como uma garantia contra o ceticismo subjetivo, mas o fracasso das certezas Newtonianas ao final do século XIX foi crucial às afirmações e contra-afirmações sobre o caráter e as conquistas da Modernidade.

O caráter espacial das teorias modernas de RI fica mais óbvio no contexto da territorialidade dos Estados e das articulações geopolíticas de estratégia militar. É menos óbvio, mas não menos notável que, sem dúvida, a categorização mais importante entre as opções teóricas disponíveis para a análise da política mundial contemporânea é o chamado esquema dos “níveis de análise”:

Essa tipologia é intrinsecada em vários pontos. Por um lado, ela é onipresente, com quase todos os livros acadêmicos ou programas de pesquisa fazendo referência à sua distribuição do fenômeno que poderia fornecer o principal enfoque para uma análise substantiva: na formulação paradigmática de Kenneth Waltz, "homem", "Estado" e "sistema internacional".¹⁷ Por outro, ela tem sido bem pouco criticada, dando a impressão de que as categorias são óbvias e indiscutíveis: afinal, que outras categorias poderiam existir? Além disso, essa inteligente distribuição de categorias óbvias é formulada em geral como uma tipologia simples e não como uma declaração de explicação causal ou complexidade teórica. Apesar da classificação, ela não se refere a níveis de abstração. Nem, de forma reveladora, ela invoca uma metafísica da hierarquia natural. O próprio Waltz pode ser famoso por rejeitar quase tudo menos o "nível" das estruturas interestatais, mas a tipologia não privilegia certamente um "nível" sobre outro. Seu propósito é geralmente entendido como o de evitar confusões analíticas que poderiam ser introduzidas por hipóteses equivocadas de categorias cruzadas.

Como a maioria das taxonomias simples, contudo, essa transcendeu com frequência seu *status* simplório e se tornou uma afirmação de alegações teóricas e ideológicas. Afinal, o que exatamente é um "nível" nesse contexto? A afirmação do Estado moderno envolveu uma luta prolongada contra as reivindicações hierárquicas da igreja e do império. As soberanias autônomas têm subvertido com êxito a Grande Cadeia do Ser.¹⁸ A territorialidade dos Estados tem substituído argumentos dominantes referentes à autoridade hierárquica. Em todo caso, o que exatamente devemos fazer com todas essas categorias ignoradas com tanta eficácia por essa tipologia, categorias de classe, nação, gênero e etnia, ou categorias baseada em região e localidade? É possível, ainda, incluí-las nas explicações de subjetividade individual, ou de comunidade de Estados, ou de anarquia internacional? Onde há espaço para a análise do capitalismo como um modo de produção global ou do Islã como uma identidade cultural transnacional? E como tais categorias nos ajudam a compreender qualquer noção de descontinuidades históricas ou acelerações temporais?

O ambíguo sentido de hierarquia invocado pela noção de "níveis" é especialmente interessante. Parece repercutir, por exemplo, com outra ti-

pologia hierárquica bem conhecida por meio da qual teóricos de RI buscam entender as dinâmicas da política mundial contemporânea: trata-se da classificação de abordagens relativas à gestão de poder nas relações internacionais desenvolvida por Imis Claude na mesma época do pós Segunda Guerra que gerou a tipologia de Waltz.¹⁹ Claude distinguia entre os conceitos de balança de poder, segurança coletiva e governo mundial, todos caracterizados como "pontos sucessivos ao longo de *um continuum* diferenciado fundamentalmente em função do grau de centralização de poder que implicam". A balança de poder representa o extremo da descentralização, enquanto o governo mundial representa o extremo da centralização: "um sistema institucional envolvendo um 'monopólio do poder', comparável ao que supostamente existe em um Estado nacional bem ordenado". Dentro dessa concepção, a mudança é concebida em uma ou duas formas: ou em termos de ajustes dentro de uma dessas categorias, certamente um requilíbrio em um sistema de balança de poder; ou em termos de movimento de uma categoria para outra em direção a um sistema de governo mundial. Colocado dessa forma, a segunda alternativa é facilmente dispensada. Ela busca criar um sistema que requer cooperação para eliminar os males de um sistema supostamente caracterizado pela não cooperação. Se ele é alcançável, então é desnecessário, enquanto for necessário, é inalcançável – um dilema familiar dos cenários de antes-e-pós pacto da teoria do contrato hobbesiano.

Essa forma de abordar a ideia da mudança na política internacional pode reter uma adesão popular considerável, mas poucos analistas profissionais admitiriam levá-la a sério, certamente não como orientação para desenvolvimentos históricos. Entretanto, sua influência não deve ser dispensada tão facilmente. Ela permanece óbvia nas abordagens institucionalmente mais orientadas para o estudo da organização internacional. A história do fluxo breve, mas intenso, de análises da integração internacional na década de 1970 também pode ser escrita em termos de sua emancipação gradual e talvez apenas parcial dessa delimitação de opções disponíveis. Em um ponto, por exemplo, Ernst Haas comentou "sobre a ausência clara de variáveis dependentes porque seguimos a prática de construir aqueles estados terminais, ao tratá-los como tipos ideais reconstruídos a partir de

nossa experiência histórica no nível nacional, e, em seguida, observando os tipos de comportamento que contribuem – ou não – para a realização dessa condição.²⁰ Grande parte da proliferação e, de fato, da fragmentação das teorias da política internacional durante a última década também poderiam ser entendidas em termos de tentativas de escapar dessas categorias, seja por meio de argumentos sobre a “interdependência” ou de teorias sobre a substituição de regimes internacionais. Em qualquer caso, podemos apenas ter adquirido novos argumentos provenientes do *status quo*.

Na formulação paradigmática e admiravelmente clara de Claude, duas principais características dessa tipologia da centralização-descentralização assumem um significado especial. Primeiro, ela assume simplesmente a distinção tradicional entre a arquitetura do sistema internacional e a soberania do Estado/sociedade civil. Em segundo, ambas as transformações históricas e estruturais, com exceção do simples reajuste entre potências concorrentes em uma balança semimecânica, são conceituadas como um retorno à imagem do Estado soberano, mas em uma escala maior. A analogia doméstica é fixada dentro de precisas coordenadas ontológicas. Qualquer movimento em direção à supranacionalidade, ou qualquer alteração estrutural que implique um leve enfraquecimento do Estado, passa a ser interpretado e avaliado em relação à imagem magnificada do Estado.

Mais uma vez, as limitações fundamentais dessa tipologia têm sido recontadas com frequência, mas uma fonte desse poder e influência passou em geral despercebida. Pois sua suposição subjacente mais significativa é exatamente a da homogeneidade espacial, ou o que, tomando como exemplo Pierre-Maxime Schulz e Milifé Capel, pode ser chamado de “tema de Gulliver”.²¹ O núcleo da tipologia de Claude oculta a clássica concepção homogênea de espaço, entendida de forma brilhante na sátira de Swift.

Liliput se parece com o nosso mundo humano em tudo, exceto no tamanho reduzido; Brobdingnag,²² no mesmo sentido, é meramente maior. Esse tema reflete a concepção do mundo microfísico proveniente da mecânica clássica, em conjunto com as associadas concepções euclidianas-newtonianas-kantianas do espaço. Foi presumido que o espaço microfísico era igual ao espaço do mundo do senso comum, apenas com magnitude reduzida. Tanto o micromundo e o macrouniverso revelados pela astrono-

mia passaram a ser vistos dentro do contexto de um espaço homogêneo absoluto, contínuo e sem limites. O homem, como Pascal e outros presumiam, flutuava em algum lugar entre duas infinidades.

Enquanto a época da ciência newtoniana sustentava, em grande medida, uma pré-formação da teoria do desenvolvimento humano – o embrião sendo o mesmo que uma pessoa completamente desenvolvida, mas em menor escala –, a era moderna tem adotado uma explicação paralela do desenvolvimento de uma futura ordem mundial. Explicações convencionais da política mundial têm assumido, de forma explícita, uma concepção clássica do espaço homogêneo. A mudança estrutural foi conceituada, portanto, ou fora do tempo e da história ou em termos de uma noção do tempo e da história essencialmente espacial, com o futuro sendo apenas uma linha reta para uma macroversão do presente. Na medida em que a pesquisa recente mais complexa sobre a mudança na política internacional tentou evitar a sedução das categorias de Claude, ela foi inevitavelmente, mesmo que apenas de modo implícito, levada a escapar da concepção clássica do espaço do qual esse modelo depende.

As três categorias de Waltz divergem claramente dessa tipologia em vários aspectos. As três opções de Claude são todas variações sobre o tema da distribuição de poder em relações entre Estados e, desse modo, atuam dentro de apenas uma das categorias de Waltz. Além disso, o próprio estruturalismo de Waltz não conduz a explicações da transformação histórica concebida como uma centralização crescente do poder. De fato, em contraposição ao esquema de Claude, a versão de Waltz parece confirmar e resistir às tentativas de reflexão em termos de níveis e hierarquias. O termo “nível” é totalmente inapropriado, e até equivocado em alguns aspectos. Embora exista uma importante dimensão hierárquica quanto à relação entre as categorias do indivíduo, do Estado e do sistema interestatal, visto que sugere uma sequência de categorias mais ou menos abrangentes – muitos indivíduos, poucos Estados e um sistema de Estados –, as categorias são compreendidas de forma mais apropriada em um eixo horizontal em vez de vertical. Elas são, de fato, não mais do que uma interpretação hierárquica ou vertical da distinção espacial entre o Estado e o sistema internacional. Na esfera interna, as possibilidades são reduzidas às opções liberais

comuns: o Estado soberano e o indivíduo soberano. Dentro desse universo ideológico, as categorias de cultura, classe e gênero têm sido subdivididas repetidas vezes, e a tipologia de Waltz apenas confirma essa subdivisão. Na externa, há Estados em um sistema estatal, a distribuição anárquica de forças no espaço, suscetível à reorganização estrutural, mas não à transformação histórica. Cabe à categoria intermediária do "Estado" simplesmente confirmar uma linha de demarcação. Na verdade, Waltz consegue insistir em uma nítida distinção entre a política dentro dos Estados e as relações entre eles, e utiliza uma explicação universal da racionalidade instrumental que o autor acredita ser igualmente aplicável ao sistema estatal, às tribos, às firmas oligopolísticas e às gangues de rua. Mais uma vez, o privilégio de juntar o útil ao agradável é preservado com a supressão de contradições ontológicas com clichês epistemológicos.²³

Oscilações e continuidades

A espacialidade do Estado concebido como uma entidade territorial sempre foi óbvia, o que resultou, em consequência, em um forte componente geográfico nas teorias de RI. O significado do tema de Gulliver, a construção de tipologias e a caracterização de possibilidades históricas influenciadas por conceitos de espaço homogêneo foram mais obscuras. No entanto, a conexão entre territorialidades estadistas e esse entendimento particular da espacialidade é importante. A concepção homogênea do espaço passou a ter tanto uma dimensão "horizontal" quanto "vertical" na teoria de RI: horizontal em referência às alegações sobre a relação entre vida política dentro e fora do Estado soberano, e vertical no sentido de permitir uma explicação distinta da supranacionalidade e da possibilidade futura. Considere, por exemplo, a relação entre argumentos sobre o destino do Estado territorial como uma consequência das transformações tecnológicas contemporâneas e a invocação de concepções kantianas da paz universal como uma resposta plausível aos perigos contemporâneos.

A análise de Herz sobre a ascensão, queda e reconfirmção do Estado territorial se desenvolve principalmente em torno da relação entre tecnologia militar e a unidade política básica capaz de proporcionar segurança e proteção em qualquer época. Por um lado, há uma análise das mudanças

tecnológicas que acompanham a transição de pequenas unidades frágeis da Idade Média para a soberania concreta e relativamente impenetrável dos Estados modernos. Por outro, há a alegação de que a partir do século XIX, a tecnologia militar tornou o Estado territorial menos inacessível e mais penetrável. Desse modo, para o autor, em retrospecto, parecia que "o mundo se tornou pequeno demais para a territorialidade tradicional e a proteção que ela fornecia". As implicações pareciam óbvias: "apenas uma mudança radical nas atitudes e políticas poderia, a longo prazo, salvar o mundo do desastre". A atitude teria que ser "universalista". Em consequência, "aquilo que em períodos anteriores tinha que ser considerado utópico, isto é, subordinar interesses nacionais aos ideais internacionalistas, agora, com a ameaça total de colapso, tornou-se um interesse prioritário."²⁴

Em um trabalho subsequente, a previsão de uma mudança radical foi rigorosamente qualificada. A proliferação de novos Estados na era pós-colonial em conjunto com a "indisponibilidade" paradoxal do enorme poderio das armas nucleares, como uma consequência da dinâmica e proibições da dissuasão nuclear, levaram Herz a falar de um refortalecimento do Estado territorial.²⁵ No entanto, menos de uma década depois, a tese original recebeu novo apoio. Uma nova análise, segundo o autor, "teria de levar em consideração toda a gama de fatores não estratégicos e não nucleares que põem em perigo o funcionamento de Estados grandes e pequenos, de crises de energia dos alimentos à poluição do meio-ambiente no qual vivemos, ameaças que não respeitam nem fronteiras nem a soberania dos Estados."²⁶

A oscilação é familiar e instrutiva. A inovação tecnológica e outros fatores aos quais Herz se refere são claramente importantes na política mundial contemporânea. O determinismo tecnológico no desenvolvimento do moderno sistema de armas se tornou uma questão preocupante em particular. No entanto, a tendência de passar tão rápido das teorias de transformação para as teorias de continuidade e voltar atrás revela bastante sobre a construção discursiva do nosso entendimento do Estado. Ela expressa uma ambivalência disciplinar mais abrangente - tanto empírica como normativa - sobre o *status* da categoria mais fundamental de nossa experiência política. E ilustra em um grau maior ou menor várias consequências que parecem resultar diretamente da visão do Estado em termos essencialmente espaciais. Em primeiro lugar, ameaças à integridade territorial do Estado

são interpretadas de imediato como implicando necessariamente o declínio do poder e da autonomia do Estado como tal. Em segundo, alternativas ao Estado são apresentadas em termos de um simples movimento em direção a uma organização política mais universalista. Estruturas institucionais precisas podem não ser específicas, mas a universalização implica a centralização. Em terceiro, a inovação na estrutura do sistema internacional é convertida em teses sobre a transformação radical do sistema no futuro imediato. Em quarto, o fato de que formas universalistas de organização não se materializam como previsto, ou que o sistema não muda nem de modo radical nem rápido, é levado a significar que tudo permanece como sempre foi. Tanto Tucídides como Hobbes requerem algumas notas de rodapé para serem atualizados, ou o milênio globalista está logo ali na esquina. Outras opções – a segurança coletiva para Claude, a reinstalação da *détente* e algum tipo de dissuasão mínima e controle de armas para Herz e muitos outros – ficam mais uma vez localizada em algum lugar entre ou os limites extremos da cooperação estatal ou operações de contenção, até uma comunidade mundial ser estabelecida. A análise do Estado como uma forma espacial particular se transforma na análise da mudança estrutural por meio de uma metáfora espacial particular.

Herz é um bom exemplo dessa tendência por causa do significado que dá aos aspectos territoriais do Estado. Pode-se esperar tendências similares de Kant. Afinal, ele é retratado muitas vezes como um expoente não só do universalismo cosmopolita, mas até do governo mundial. E Kant é o filósofo que, talvez mais do que qualquer um, adotou e formalizou a concepção euclidiana-newtoniana do espaço como uma forma pura da intuição *a priori*. Além disso, apesar da impressão criada por tantas análises da política de Kant, e apesar da natureza um tanto fragmentária de seus textos explicitamente políticos sobre a guerra e a paz, há uma ligação próxima entre sua posição filosófica geral e suas observações sobre as relações internacionais. A análise do autor do movimento da guerra para a paz corresponde à discussão dele mais geral do movimento da diversidade e do conflito para a unidade.²⁷

Na filosofia moral de Kant, o problema emerge como a realização da razão por meio de uma ordem cosmopolita por um lado e a realização da liberdade individual por outro. A consequência disso foi a ideia do imperativo categórico, de que se deve sempre agir como se o princípio de sua

ação fosse se tornar uma lei da natureza universal. Como resultado disso, o ideal de Kant do Estado republicano também é uma sociedade civil da liberdade e da lei. É seu universalismo racionalista que é central a tudo isso. Ele busca ir além de posições anteriores de Pufendorf e Vattel, que aceitaram os direitos absolutos dos Estados soberanos, a separação entre a moralidade privada e a pública, e desse modo uma visão pragmática da cooperação internacional. Ele também fornece o fundamento a partir do qual Kant tentou escapar do pessimismo de Rousseau sobre a possibilidade de transcender o estado internacional da natureza. Esse universalismo racionalista também é central para a ideia de Kant de liberdade como o único direito original pertencente a cada ser humano por virtude de sua humanidade. Para Kant, o crescimento de capacidades singularmente humanas pela razão permitiu apenas o desenvolvimento gradual de um reino universal de fins e a substituição final de restrições legítimas por meio da liberdade e da moralidade. Desse modo, assim como alguns indivíduos têm a obrigação de mudar de um estado da natureza para a sociedade civil, as nações também têm de passar de um estado da natureza para uma relação de algum modo análoga à que faz os indivíduos entrarem para a sociedade civil.

É fácil ver como Kant foi entendido muitas vezes como favorável ao argumento da centralização da autoridade em um Estado universal. Entretanto, ele rechaça claramente sugestões desse tipo em vista de seu potencial para o despotismo. Para Kant, a liberdade ocorre dentro do Estado. Em consequência, suas especulações sobre os problemas práticos da política internacional levam à visão de uma federação de Estados que pressupõe o desenvolvimento de uma ordem republicana em todos os Estados envolvidos. Perseverar com as categorias de Waltz, uma solução em segundo nível do próprio Estado, embora nesse caso o Estado não seja só uma simples linha de demarcação, mas sim o terreno no qual os argumentos opostos de microcosmo e macrocossimo, do indivíduo autônomo, por um lado, e uma humanidade universal, por outro, poderiam ser resolvidos conforme as demandas da Razão universal. As especulações de Kant sobre alternativas ao Estado territorial não levam, como sugerido no tema de Gulliver, à necessidade de substituir o Estado por uma versão macroscópica dele. Em vez disso, o Estado territorial ainda precisa ser aperfeiçoado como o domínio

da liberdade humana. A própria Razão mantém a identidade no nível do indivíduo, do Estado e do sistema internacional. A transição da perfectibilidade do indivíduo para a da espécie, uma mudança entendida tanto como história quanto como progresso, embora o próprio Kant não estivesse otimista sobre as perspectivas e recorresse à ideia de que a guerra é indispensável como meio de progresso e paz.

Hertz oscilava para frente e para trás. Kant aspirava às continuidades da razão universal a partir da perfectibilidade individual para a da espécie. Dentro dessa interação de presença e ausência, possibilidades temporais são fixadas dentro da metafísica de um espaço homogêneo. A extensão horizontal da comunidade interna e a ausência da comunidade externa se transformam em uma aparente hierarquia de categorias eternas da qual não há escapatória. O caráter estático do tratamento estruturalista de Waltz das relações interestatais já está prefigurado na metafísica espacial de suas categorias tripartites.

Um recente exemplo instrutivo da insistência impossível com relação ao conceitual é dado na recente tentativa de Barry Buzan de articular uma explicação mais coerente da segurança no mundo moderno.²⁸ Certamente, esse projeto é importante. Os argumentos contemporâneos sobre a segurança são notoriamente imprecisos. Buzan se refere ao conceito de segurança nacional em particular como pouco desenvolvido e cita cinco explicações eminentemente plausíveis para tal. Ele envolve ideias complicadas e com peso ideológico, embora não mais, argumenta o autor, do que “liberdade” ou “Estado”. Coincide com o conceito de poder, em particular na mistura de meios e fins típicos de grande parte da literatura realista. Foi ignorado em vez de analisado a sério por aqueles que buscam métodos de ciência social empírica. Também foi ignorado pela subdisciplina de estudos estratégicos com orientação política. Finalmente, a ambiguidade conceitual tem sido útil “como uma justificativa para ações que, caso contrário, teriam de ser explicadas”. Todas as cinco formas de explicação realçam o caráter “intensivamente político” do conceito, de imediato evidente a partir das rotinas discursivas e ideológicas nas quais ficou tão firmemente incorporado.²⁹ A resposta de Buzan a essa confusão conceitual é apelar à estratégia tipológica de Waltz dos “níveis”. Segundo o autor, o debate sobre a segu-

rança nacional gira em torno de qual “nível” é enfatizado, sendo o contraste entre o Estado e o sistema internacional o item mais importante. Buzan argumenta, de modo convincente, que a segurança não pode ser dividida dessa maneira. Em vez disso, ela requer uma reintegração, uma concepção holista na qual a “segurança nacional” seja entendida dentro de um contexto abrangente da “segurança sistêmica”. Ao detalhar esse argumento, Buzan oferece uma crítica persuasiva do fetichismo das capacidades e posturas militares dos Estados na formulação das políticas de segurança contemporâneas. Entretanto, apesar de todo o holismo alegado, a análise permanece quase inteiramente preocupada com a segurança dos Estados, apesar da segurança dos Estados ser entendida dentro de um contexto mais amplo, como parte de algum tipo de ordem interestatal: as categorias tripartites de Waltz permanecem, mas por um lado, sua caracterização do “nível” internacional é desafiada a favor de algo mais como uma sociedade de Estados e, por outro, tenta-se tratar a distinção entre os níveis nacional e internacional como mais do que uma simples linha de demarcação.

Em consequência, mas não de forma surpreendente, Buzan evita a maioria das questões mais difíceis sobre o possível significado da segurança no mundo contemporâneo. Apesar de proclamar o contrário, ele não aborda questões como, por exemplo, o colapso ecológico, o desenvolvimento nacional e internacional ou o modo pelo qual os Estados continuam a ser a principal ameaça à segurança pessoal em muitos locais. Ou ainda, na medida em que são reconhecidas como preocupações legítimas, essas questões são simplesmente convertidas em rotinas familiares, mesmo que modificadas, marcadas por alegações sobre a segurança nacional. Apesar das razões persuasivas para se insistir que a reflexão contemporânea sobre o significado da segurança deve abordar as reivindicações soberanas do Estado, as categorias usadas por Buzan, para tornar as discussões contemporâneas de segurança mais coerentes, são exatamente as que produzem, antes de mais nada, a incoerência. Oscilando entre presença e ausência, entre nacional e internacional, entre realismo e utopismo ou entre paz e poder,³⁰ o tema de Gulliver não permite uma via intermediária para Buzan construir uma alternativa sensata para as confusões contemporâneas. Ao tomar categorias constituídas historicamente como certas e inquestionáveis, sem

buscar entender a reprodução histórica dessas categorias, Buzan fica sem opções, a não ser reorganizar e revalorizar categorias que originaram os problemas que ele tenta resolver.³¹ Se as categorias são, de fato, presumidas como adequadas, para expressar a contínua resolução de todas as opções políticas por meio da metafísica espacial do Estado territorial, as tentativas de torná-las mais coerentes, como Buzan certamente faz, só podem ser encorajadas. Muitas análises sobre a insegurança contemporânea sugerem que tais resoluções estão longe de serem convincentes. Em particular, elas sugerem que as tentativas de reconstruir as práticas de segurança requerem atenção urgente apenas para o sujeito, objeto dessa segurança.³² Se esse é o caso, portanto as categorias tomadas por Buzan como verdades absolutas parecem uma fonte primária de intensa controvérsia política que seria melhor o autor esclarecer. Os limites espaciais do Estado se tornam os limites da reconstrução teórica.

Esses limites não são menos aparentes se abordados internamente, da perspectiva daqueles preocupados com os horizontes das teorias da vida política dentro dos Estados. Argumentos sobre a democracia, sob as condições contemporâneas, parecem tão frágeis quanto aqueles sobre segurança. São essas alegações que abordo no próximo capítulo. Vou sugerir que os limites das teorias de RI podem ser interpretados em relação às contradições características expressas pelas teorias da democracia, e desse modo às suposições sobre a natureza e a localização da comunidade política sobre a qual essas teorias dependem.

Notas

1. É possível ter uma ideia da complexidade das teorizações contemporâneas do Estado em Held, David. *Political Theory and the Modern State: Essays on State, Power and Democracy*. Cambridge: Polity Press, 1989; Dyson, Kenneth. *The State Tradition in Western Europe*. Oxford: Martin Robertson, 1980; Carney, Martin. *The State and Political Theory*. Princeton: Princeton University Press, 1984; Vincent, Andrew. *Theories of the State*. Oxford: Basil Blackwell, 1987; Giddens, Anthony. *The Nation State and Violence*. Cambridge: Polity Press, 1985; e Caporaso, James A. (ed.). *The Elusive State: International and Comparative Perspectives*. Londres: Sage, 1989.

2. Weber, Max. "Politics as a Vocation," 78.

3. Hoffman, Stanley. "Obstinate or Obsolete? The Fate of the Nation-State and the Case of Western Europe." *Daedalus*, 95, verão 1966, 862-915.

4. Herz, John. *International Politics in the Atomic Age*. Nova York: Columbia University Press, 1959; e *The Nation State and the Crisis of World Politics*. Nova York: David McKay, 1976.

5. Merleau-Ponty, Maurice. *Phenomenology of Perception*. Trad. Colin Smith. Londres: Routledge e Keegan Paul, 1962; e Lowe, Donald M. *History of Bourgeois Perception*. Ver também Cassirer, Ernst. *The Philosophy of Symbolic Forms*. 3 vols. 1923-1927. Trad. Ralph Mannheim. New Haven: Yale University Press, 1955-1957; e Cassirer, "Mythic, Aesthetic and Theoretical Space, Man and World", 2:1, 1969, 3-17.

6. Bachelard, Gaston. *The Poetics of Space*. Trad. Maria Jolas. Boston: Beacon Press, 1969.

7. Gregory, Derek e Urry, John (eds.). *Social Relations and Spatial Structures*. Londres: Macmillan, 1985; Tian, Yi-Fu. *Space and Place*. Mineápolis: University of Minnesota Press, 1977; Sack, Robert David. *Conceptions of Space in Social Thought*. Londres: Macmillan 1980; Smith, Neil. *Uneven Development: Nature, Capital and the Production of Space*. Oxford: Basil Blackwell, 1985; Harvey, David. *The Condition of Postmodernity*; Thompson, E. P. *Time, Work-Discipline and Industrial Capitalism, Past and Present*. 38:1, dez. 1967, 56-97; e Gross, David. *Temporality and the Modern State, Theory and Society*. 14:2, 1985, 53-82.

8. Lefebvre, Henri. Reflections on the Politics of Space. Trad. Michael J. Enslers. *Antipode*, 8 mai. 1976, 31. Ver também Lefebvre, *The Production of Space* (1974). Trad. Donald Nicholson-Smith. Oxford: Blackwell, 1991.

9. Janner, Max. *Conceitos de espaço: a história das teorias do espaço na física*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Contraponto, 2009.

10. Cassirer, *Individual and Cosmos in Renaissance Philosophy*.

11. Husserl, Edmund. *The Crisis of European Sciences and Transcendental Phenomenology* (citado anteriormente no capítulo 1, nota 2). Trad. David Carr. Evanston: University of Illinois Press, 1970.

12. Čapek, Milíč. *The Philosophical Impact of Contemporary Physics*. Nova York: Van Nostrand 1961, 28. Ver também Koyré, Alexander. *From the Closed World to the Infinite Universe*. Baltimore: Johns Hopkins Press 1957.

13. Sobre o amplo impacto histórico e cultural dessa nova compreensão do espaço, ver, por exemplo, Kline, Morri. *Mathematics in Western Culture*. Nova York: Oxford University Press, 1953; e Pedoe, Dan. *Geometry and the Liberal Arts*. Harmondsworth: Penguin, 1976.
14. Locke, John. Capítulo 5 de *Two Treatises of Government*. Peter Laslett (ed.). Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
15. Soja, Edward W. *The Political Organization of Space, Commission on College Geography*. Resource Paper No. 8. Washington DC: Association of American Geographers 1971, 9.
16. Gellner, Ernest. *Nations and Nationalism*. Oxford: Basil Blackwell 1983, 139-40.
17. Waltz, Kenneth. *Man, the State and War*. Nova York: Columbia University Press 1954. Ver também Singer, J. David. *The level of analysis problem in international relations*. In: Knorr, Klaus e Verba, Sidney (eds.). *The International System: Theoretical Essays*. Princeton: Princeton University Press 1961, 77-92. Mais recentemente, Robert C. North tentou ampliar o número de níveis para quatro, insistindo na importância de sistemas globais e interestatais; ver North. *War, Peace and Survival: Global Politics and Conceptual Synthesis*. Boulder: Westview, 1990. Embora eu concorde com a opinião do autor sobre a importância de processos globais, o simbolismo visual dos níveis proporciona necessariamente uma orientação inapropriada para o que esses processos envolvem.
18. [N.R.] A Grande Cadeia do Ser é um esquema desenvolvido por filósofos do Neoplatonismo, no início da era cristã, baseados na rígida hierarquia entre deuses, pessoas e coisas, presente entre pensadores como Aristóteles e Platão. Na versão medieval, a Grande Cadeia – ou *scala naturae*, em latim – foi estabelecida como uma disposição fixa de categorias que contava com Deus no topo e a terra e as pedras na base, indicando que no cume a máxima espiritualidade, e no outro extremo, a mais pura materialidade. Abaixo de Deus vinham os anjos, depois os homens, seguidos por animais, plantas e minerais. A impossível mobilidade na hierarquia cósmica serviu como fundamento para justificar e legitimar as desigualdades políticas e econômicas medievais.
19. Claude Jr., Iris. *Power and International Relations*. Nova York: Random House, 1962.
20. Haas, Ernst. The Study of Regional Integration: Reflections on the Joy and Anguish of Pretheorizing. *International Organization*, 24:4, outono 1970, 361.
21. Schuhl, Pierre-Maxime. Le thème du Gulliver et le postulat de Laplace. *Journal de psychologie normale et pathologique*, 40:211, abr.-jun. 1947, 169-84; e Čapek, Milč. The "theme of Gulliver" and the relativity of magnitude. In: Čapek, *The Philosophical Impact of Contemporary Physics*, 21-6. Cf. Swift, Jonathan. *Gulliver's Travels*, 1726.
22. [N.E.] No livro do escritor irlandês Jonathan Swift (1667-1745), *As viagens de Gulliver*, publicado em 1726, o protagonista, após retornar de Lilliput – a terra das pessoas minúsculas – viaja a Brobdingnag, a terra dos gigantes, vencendo o que os lilliputianos teriam sentido com a sua presença.
23. Para uma declaração recente e sucinta, ver Waltz. Kenneth. Realist Thought and Neorealist Theory. *Journal of International Studies*, 44:1, primavera/verão 1990, 20-37. A vontade de Waltz de unir o útil ao agradável afirma e nega a fronteira entre interno e externo, e encoraja duas atitudes cruciais em sua teoria substantiva: 1. a acusação do reducionismo contra aqueles que não subtraem a lógica de relações supostamente anárquicas das ações dos Estados, e 2. o recurso a concepções de um sistema influenciado por suposições sobre uma economia de mercado em vez de por longas e controversas discussões sobre reducionismo, hierarquias e níveis a partir dos quais as teorias de sistemas contemporâneas emergiram.
- Parte das controvérsias ontológicas que Waltz ignora com relação à teoria de sistemas é encontrada, por exemplo, em Buckley, Walter (ed.). *Modern Systems Research for the Behavioral Scientist: A Sourcebook*. Chicago: Aldine, 1968; e Buckley, Walter. *Sociology and Modern Systems Theory*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1967. Para uma perspicaz discussão das controvérsias geradas por Waltz, embora ela continue a considerar os níveis de análise como certos e inquestionáveis, ver Hollis e Smith, *Explaining and Understanding International Relations*, 104-18. Para uma crítica embasada, incisiva e, na minha opinião, decisiva do comprometimento de Waltz com uma explicação modernista da subjetividade soberana, ver Ashley, "Living on Border Lines".
24. Herz, John. The Rise and Demise of the Territorial State. *World Politics*, 9:4, 1957, 473-93, reimpresso em Herz, *The Nation-State and the Crisis of World Politics*, 99-123. As citações aqui são provenientes da Introdução à coleção de artigos do autor, 15-16.
25. Herz, John. The Territorial State Revisited: Reflections on the Future of the Nation-State. *Polity*, 1:1, outono 1968, 11-34. Reimpresso em Herz, *The Nation-State and the Crisis of World Politics*, 226-253.

26. Herz, *The Nation-State and the Crisis of World Politics*, 19.
27. A conexão é enfatizada especialmente em Saner, Hans. *Kant's Political Thought*. Trad. E. B. Ashton. Chicago: University of Chicago Press, 1973.
28. Buzan, Barry. *People, States and Fear: The National Security Problem in International Relations*. Brighton: Wheatsheaf, 1983. 2. ed. 1991. Um dos avanços positivos na análise de Buzan é a seriedade com que ele trata os aspectos econômicos da política de segurança nacional, um avanço entretanto comprometido ao se restringir as concepções da vida econômica a uma oposição entre explicações "liberais" e "mercantilistas" da economia mundial. Ver também Buzan, Barry. Economic Structure and International Security: the Limits of the Liberal Case. *International Organization*, 38: 4, outono 1984, 597-624.
29. Walker, R. B. J. Contemporary Militarism and the Discourse of Dissent. In: _____ (ed.), *Culture, Ideology and World Order*, 302-22; e Walker, "Culture, Discourse, Insecurity".
30. Essa oposição foi invocada em uma revisão posterior da análise de Buzan. Tanto a paz quanto o poder proporcionam ideias parciais e complementares que podem ser sintetizadas de forma mais adequada e abrangente, argumento que depende da dúbia suposição de que duas extremidades de um âmbito formecem o terreno adequado para se delinear o intermediário. Ver Buzan, Barry. Peace, Power and Security: Contending Concepts in the Study of International Relations. *Journal of Peace Research*, 21:2, 1984, 109-25.
31. Ver, por exemplo, Buzan: "Systems, Structures and Units: Reconstructing Waltz's Theory of International Politics", trabalho apresentado na Conferência da Londres British International Studies Association/International Studies Association Annual Conference, fev. de 1989.
32. Ver, por exemplo, Klare, Michael T. e Thomas, Daniel (eds.), *World Security: Trends and Challenges at Century's End*. Nova York: St. Martins, 1991; Dalby, Simon. Security, Modernity, Ecology: The Dilemmas of Post-Cold War Security Discourse. *Alternatives*, 17:1, inverno 1992, 95-133; e Walker, *One World, Many Worlds*.

CAPÍTULO 7

Sobre as condições espacotemporais da prática democrática

Encanto cosmopolita e cinismo culto

"Somos todos democratas hoje em dia", escreveu John Dunn em sua abrangente análise dos limites da "teoria política ocidental diante do futuro". E ao começar uma análise com os argumentos da teoria democrática, ele nos lembrou de imediato do reconhecido papel duplo da democracia como uma retórica do grande "encanto cosmopolita" e uma prática que é, ao olhar cético de Dunn, "cada vez mais escassa".

A teoria democrática é o esperanto moral do atual sistema de Estado-nação, a linguagem na qual todas as Nações estão realmente Unidas, o jargão público do mundo moderno, uma moeda de troca dúbia de fato – em que apenas um imbecil completo acreditaria pia e literalmente.¹

Apenas uma década depois dos futuros horizontes que Dunn tentava examinar de forma retrospectiva, as práticas democráticas passaram a ser cada vez mais prolíficas. Os avanços democráticos foram celebrados em vários locais durante a última década, mas a correlação da democracia com destruição da rigidez cristalizada em Yalta parecia especialmente euforizante. Clichês geopolíticos arraigados e a retórica dos infêis começaram a se reduzir – ou pelo menos seren redirecionados – antes da maioria de todas as ideias políticas fundamentais: as coisas mudam. Especialmente, em meio ao turbilhão de eventos da política europeia contemporânea, o encanto cosmopolita da democracia se tornou mais sedutor que nunca. Após a demolição do Muro de Berlim, a atmosfera passou a ser otimista, as vitórias eram comemoradas e até o olhar mais cético era forçado a piscar – piscar, mas não desviar sua contemplação gélida.